



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



ESCOLA DO LEGISLATIVO
Deputado Lício Mauro da Silveira



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

1º CENSO Legislativo Municipal Catarinense

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ESCOLA DO LEGISLATIVO DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

1º Censo Legislativo Municipal Catarinense Relatório final

Florianópolis, abril de 2015

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina:
Deputado Gelson Merisio

Presidente da Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira:
Deputado Romildo Titon
Coordenador da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira:
Antoninho Tibúrcio Gonçalves

Supervisão do 1º Censo Legislativo Municipal pela Escola do Legislativo:
Janete Brígida Biella – Gestora do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento

Pesquisadores da Escola do Legislativo:

Ana Lucia Teixeira
André Luiz F. Góes
Alciléia Medeiros Cardoso
Itamar da Rocha
Janete Brígida Biella
Jussie Sedrez Chaves
Felipe de Pinho
Flavio de Oliveira Philippi
Katia Simone Schallenberger
Luciano Carvalho de Oliveira
Luiz da Silva Maciel
Maria Dolores Feil
Marina Santos de Assis
Nilcéia Soraia Neves dos Santos
Pedro Squizatto Fernandes
Renata Rosenir da Cunha
Rosângela Rosa
Rossana Maria Borges Espezin
Soraia Marçal Boabaid
Thaynara Camargo de Oliveira
Vera Lucia Fermiano.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora: Roselane Neckel
Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Paulo Pinheiro Machado
Chefe do Departamento de Sociologia e Ciência Política: Carlos Eduardo Sell
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: Yan Carreirão

Supervisão do 1º Censo Legislativo Municipal pela UFSC:
Jacques Mick (coordenação), Yan Carreirão, Lígia Lüchmann, Julian Borba – Professores do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Pesquisadores:

Estudantes de doutorado em Sociologia Política:

Carla Ayres

Eder Rodrigo Gimenes

Estudantes de mestrado:

Bruna Avila da Silva (mestrado em Educação)

Márcin Sommer Moreira (mestrado em Sociologia Política)

Stefania Lorenzini (mestrado em Sociologia Política)

Estudantes de graduação em Ciências Sociais:

Cristina Salete de Oliveira

Iohanna Roeder

Julio Gabriel de Sá Pereira

Márcia Inês Schaeffer

Maria Lauri Prestes da Fonseca

Nathália Schweder

Paulo Vitor Ferreira da Silva

Talita Guímel Antunes Machado

Treicy Giovanella da Silveira

Estudantes voluntários na alimentação das bases de dados:

André Schirm (graduando em Ciências Sociais)

Jean Matheo Piccini Lago (graduando em Ciências Sociais)

Camila Rodrigues da Silva (mestre em Economia)

Tsamiyah Carreño Levi (graduanda em Ciências Sociais)

Revisão:

Noa Cykman

A realidade do Poder Legislativo Municipal Catarinense

O 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense, realizado em parceria entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu informações capazes de traçar um perfil preciso da realidade dos parlamentos. Com um total de respostas de 292 de Câmaras Municipais (99% do total), de 1.054 vereadores (37% do total) e 1.881 servidores (54% do total), o estudo, tanto por sua escala, quanto por seu escopo, é um feito inédito em Santa Catarina e em pesquisas desse tipo no Brasil.

Resultado da iniciativa e do esforço da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, o Censo foi uma bem sucedida experiência de trabalho coordenado entre as duas instituições parceiras, fundamental para alcançar índices tão elevados de respostas em quase todas as Câmaras Municipais catarinenses. O Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento, da Escola do Legislativo, responsável pela pesquisa desenvolvida ao longo de um ano, manteve diálogo permanente com as Câmaras, por e-mails e telefonemas, além de ter visitado mais de 80 municípios de Santa Catarina. Tudo isso proporcionou uma aproximação muito produtiva entre o Poder Legislativo Estadual e os Poderes Legislativos Municipais, que resultou em mais de cinco mil endereços eletrônicos coletados e atualização de dados cadastrais, o que irá garantir, daqui para frente, uma comunicação mais eficaz entre Escola do Legislativo, Assembleia e Câmaras municipais. O Núcleo desempenhou a importante tarefa de gerar informação e conhecimento para gestores em diferentes esferas, além de propiciar bases de dados e experiência a serem compartilhadas com Câmaras, Interlegis, Escolas de Legislativos e outros Estados.

A partir deste censo pode-se afirmar que Santa Catarina conhece hoje os pontos fortes e fracos, as carências e as áreas de interesse de parlamentares, servidores efetivos, comissionados e terceirizados de todos os parlamentos municipais. Tais informações servirão de base para planejamentos de ações muito mais precisos, que permitirão à Escola do Legislativo oferecer cursos, seminários, fóruns e demais atividades alinhados com a realidade de todos os municípios do Estado.

Este trabalho, contudo, não seria possível sem a participação de vereadores e servidores que acolheram as equipes do 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense, sensibilizados pela importância do trabalho. Sem dúvida, o Censo veio ao encontro da missão da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, que é a de contribuir para o

aperfeiçoamento do Poder Legislativo, fortalecer sua relação com a sociedade, propiciar formação política e educação para a cidadania. Com a conclusão deste projeto, a Escola inova, ao permitir uma compreensão mais profunda dos legislativos municipais e contribuir para o registro histórico da evolução do Poder Legislativo no Estado de Santa Catarina.

Presidente da Escola: Deputado Romildo Titon

Coordenador da Escola: Antoninho Tibúrcio Gonçalves

Gestora do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento: Janete Brígida Biella.

Apresentação

Universidade e Legislativo: uma cooperação inovadora

Roselane Neckel – Reitora da Universidade Federal de Santa Catarina

O relatório final do 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense, realizado em parceria entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta à sociedade os frutos de ampla cooperação entre as instituições, articulando pesquisa, extensão e ensino.

O projeto é o primeiro resultado do Termo de Cooperação Técnico-Científica firmado entre as instituições em 2013. Entre outros objetivos, o programa de cooperação visa estimular e apoiar o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão sobre tópicos relevantes à atuação do parlamento estadual, tanto no curso de graduação em Ciências Sociais quanto no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

O 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense foi concebido para atender a uma necessidade da Escola do Legislativo “Deputado Lício Mauro da Silveira”, da Alesc: a de conhecer em detalhes as características estruturais das 295 Câmaras de Vereadores de Santa Catarina, assim como a composição sociodemográfica dos parlamentos, por meio da análise do perfil e das opiniões dos vereadores e dos servidores do Poder Legislativo municipal, sobretudo com relação a temas ligados à atuação da Escola.

À demanda da Alesc, sistematizada pelo Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento da Escola do Legislativo, juntaram-se a curiosidade e o know-how dos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – alguns deles, entre os principais especialistas do país em temas como democracia representativa, movimentos sociais e partidos políticos. Em conjunto, entre outubro de 2013 e abril de 2015, Escola do Legislativo e UFSC conceberam três instrumentos para levantamento de dados; capacitaram uma ampla equipe de pesquisa formada por técnicos da Alesc e alunos de graduação, mestrado e doutorado da UFSC; colheram e analisaram os dados aqui reportados.

Os resultados são importantes por várias razões. Não há no Brasil pesquisa tão detalhada quanto esta sobre o Legislativo Municipal, feita a partir de respostas de 292 de Câmaras (99% do total), de 1.054 vereadores (37% do total) e 1.881 servidores (54% do total). Ela traz dados reveladores sobre as características institucionais dos parlamentos, bastante dependentes das prefeituras; sobre o perfil e o padrão de contratação dos servidores das Câmaras, hoje predominantemente com ensino superior completo; e sobre as origens

sociais dos vereadores, que provêm principalmente de famílias que já atuavam na política e sustentam opiniões paradoxais tanto em relação ao sistema representativo, quanto em relação às políticas públicas e à organização econômica do país.

Todos esses dados aumentam o conhecimento dos cidadãos de Santa Catarina sobre as Câmaras Municipais e o funcionamento do sistema representativo. O relatório é, portanto, uma contribuição importante para tornar mais robusta a democracia no estado. Além disso, materializa os resultados de um trabalho desafiador, em que alunos e professores desta Universidade puderam aprender e ensinar em contato direto com a sociedade, tanto nas interações com a Alesc, quanto no contato com servidores e vereadores. Desenvolvida a metodologia de coleta de dados, baseada em internet, agora se torna mais viável a realização de investigações semelhantes em outros estados.

Assim, a UFSC acredita cumprir sua missão de produzir, sistematizar e socializar o saber, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica e cidadã, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática.

RESUMO

Este relatório apresenta os resultados do 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense. Trata-se de pesquisa quali-quantitativa com quatro focos: as características institucionais e infraestruturais das Câmaras de Vereadores de Santa Catarina; o perfil sociodemográfico dos servidores das Câmaras Municipais; o perfil sociodemográfico e as opiniões políticas dos vereadores; e as demandas dos parlamentos municipais, seus servidores e vereadores em relação à atuação da Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira, da Assembleia Legislativa. Colhidos predominantemente pela internet, mas também presencialmente, os dados revelam sobretudo: a) elevada dependência dos Legislativos municipais em relação aos Executivos; b) profissionalização crescente do quadro de servidores, com a contratação por concurso de técnicos de nível superior; c) forte taxa de renovação nas Câmaras Municipais; d) forte vínculo dos vereadores com familiares ocupantes de cargos públicos eletivos ou o exercício anterior de cargos públicos (eleitos ou não); e) predomínio entre os vereadores da avaliação de que sua capacidade de produzir legislação relevante em âmbito municipal é relativamente baixa, sendo mais importante fiscalizar as ações do Executivo, que parece ser percebido como o ator central das políticas públicas no município; f) elevado grau de desconhecimento da Escola do Legislativo entre vereadores e servidores, associado a forte e diversificada demanda por cursos de capacitação em todas as áreas de atuação do legislativo municipal.

Palavras chave: Regime representativo; Legislativo municipal; Santa Catarina; Câmara de Vereadores; Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Período de criação das Câmaras de Vereadores	16
Tabela 2 - Condições tecnológicas da Câmara Municipal	18
Tabela 3 – Faixa de receita orçamentária em 2013	19
Tabela 4 – Faixa de orçamento devolvido em 2013	20
Tabela 5 – Mídias utilizadas pela Câmara	21
Tabela 6 – Eventos promovidos pelas Câmaras para discutir projetos legislativos na atual legislatura	22
Tabela 7 – Público médio dos eventos promovidos pelas Câmaras para discutir projetos legislativos na atual legislatura.....	23
Tabela 8 – Origem dos projetos de lei analisados pelas Câmaras de Vereadores de Santa Catarina.....	24
Tabela 9 – Partidos com maior recorrência nas Câmaras e em funções administrativas	25
Tabela 10 – Idade dos servidores	32
Tabela 11 – Escolaridade dos servidores.....	32
Tabela 12 – Forma de ingresso no trabalho na Câmara	33
Tabela 13 – Jornada de trabalho diária dos servidores, em média de horas	33
Tabela 14 – Faixa de rendimentos como servidores.....	34
Tabela 15 – Faixa de rendimento familiar dos servidores.....	34
Tabela 16 – Locais e frequência com que utiliza computador e internet para atividades da Câmara.....	35
Tabela 17 – Frequência com que utiliza redes sociais para atividades da Câmara	35
Tabela 18 – Habilidade em utilizar recursos e programas tecnológicos	36
Tabela 19 – Relação entre forma de ingresso no trabalho na Câmara e possuir algum parente que já ocupou ou ocupe cargo público eleito	38
Tabela 20 – Relação entre vínculo funcional e possuir algum parente que já ocupou ou ocupe cargo público eleito	38
Tabela 21 – Idade dos vereadores.....	40
Tabela 22 – Escolaridade dos vereadores	41
Tabela 23 – Rendimento individual dos vereadores.....	41
Tabela 24 – Renda familiar dos vereadores.....	42
Tabela 25 – Principais atividades profissionais dos vereadores	42

Tabela 26 – Frequência de utilização do computador e da internet para atividades parlamentares.....	43
Tabela 27 – Utilização de redes sociais com atividade parlamentar	43
Tabela 28 - Habilidade em utilizar recursos e programas tecnológicos	44
Tabela 29 – Número de mandatos	44
Tabela 30 – Cargos ocupados na Mesa Diretora da Câmara Municipal.....	45
Tabela 31 – Partido pelo qual o vereador foi eleito e partido atual	45
Tabela 32 – Migrações partidárias anteriores	46
Tabela 33 – Cargos eletivos anteriores	47
Tabela 34 – Principais cargos não eletivos anteriormente ocupados.....	48
Tabela 35 – Parentes com cargo eletivo	48
Tabela 36 – Cargos ocupados por parentes.....	49
Tabela 37 – Cargo atual na direção do partido ocupado pelo vereador.....	49
Tabela 38 – Cargo anterior na direção do partido ocupado pelo vereador	50
Tabela 39 – Participação em reuniões do partido	51
Tabela 40 – Intenção de concorrer a cargos (%).....	51
Tabela 41 – Importância do partido na campanha dos vereadores (%)	52
Tabela 42 – Tipo de apoio dado pelo partido à campanha dos vereadores.....	52
Tabela 43 – Tipos de solicitações e de atendimento aos eleitores	53
Tabela 44 – Opinião sobre como, na atividade parlamentar em geral, um vereador deve votar ..	53
Tabela 45 – Como o vereador se comportaria diante da exigência de eleitores de apoio a um projeto ao qual pessoalmente se opõe.....	53
Tabela 46 – Principal papel de um vereador.....	54
Tabela 47 – Emendas ao orçamento visando beneficiar bairro ou associação comunitária	55
Tabela 48 – Quais interesses um vereador deve representar?	55
Tabela 49 – No seu caso, o(a) sr(a). diria que representa?	56
Tabela 50 – Utilização de canais de comunicação para prestação de contas aos eleitores.....	56
Tabela 51 – Regime político preferido	57
Tabela 52 – Condições para considerar um regime como democrático (%)	59
Tabela 53 – Percepção dos vereadores sobre o grau de sua influência na política.....	60
Tabela 54 – Grau de confiança interpessoal (%)	61
Tabela 55 – Confiança em organizações e instituições (%)	62
Tabela 56 – Autoposicionamento dos vereadores numa escala esquerda-direita (%)	64

Tabela 57 – Posicionamento ideológico dos principais partidos, segundo os vereadores	65
Tabela 58 – Opinião sobre políticas relativas à violência urbana	66
Tabela 59 – Políticas de combate à miséria e à fome x geração de empregos	66
Tabela 60 – Inflação x crescimento	66
Tabela 61 – Opiniões sobre várias propostas de políticas públicas	67
Tabela 62 – Opinião sobre a aprovação do estatuto da Igualdade Racial (%).....	68
Tabela 63 – Opinião sobre o sistema de cotas nas universidades (%).....	68
Tabela 64 – Opinião sobre protestos dos movimentos sociais (%)	68
Tabela 65 – Opinião sobre grau de intervenção do governo em políticas e serviços	69
Tabela 66 – Opinião sobre a integração do país à economia internacional	70
Tabela 67 – Gastos em programas sociais x em infraestrutura.....	70
Tabela 68 – Opinião sobre quem deve exercer a atividade política	70
Tabela 69 – Opinião sobre direito das minorias expressarem suas ideias	71
Tabela 70 – Distribuição dos vereadores por gênero e partido.....	72
Tabela 71 – Distribuição dos vereadores por gênero e partido.....	73
Tabela 72 – Vínculos associativos dos vereadores	74
Tabela 73 – Vínculos associativos dos vereadores por partido	75
Tabela 74 – Vínculos associativos dos vereadores por gênero.....	75
Tabela 75 – Há conselhos gestores e OP nos municípios?	77
Tabela 76 – Participação em Conselhos e OP segundo o gênero (%)	77
Tabela 77 – Opinião sobre os conselhos gestores (geral e por gênero).....	78
Tabela 78 – Opinião sobre OPs (geral e por gênero).....	78
Tabela 79 – Grau de conhecimento da Escola do Legislativo por vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense (2014).....	84
Tabela 80 – Taxa de participação de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense em eventos promovidos pela Escola do Legislativo (2014).....	84
Tabela 81 – Tipos de eventos promovidos pela Escola do Legislativo com a participação de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense (2014 – múltipla escolha).....	85
Tabela 82 – Grau de satisfação de vereadores com atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo	86
Tabela 83 – Grau de satisfação de servidores do legislativo municipal com atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo (2014).....	87

Tabela 84 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre a contribuição da Escola do Legislativo para sua vida política ou suas atividades profissionais (2014)	88
Tabela 85 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre cursos que a Escola do Legislativo deve oferecer na área de “Formação e aperfeiçoamento profissional” (2014).....	89
Tabela 86 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre cursos que a Escola do Legislativo deve oferecer na área de “Formação de agentes públicos e políticos” (2014).....	90
Tabela 87 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre cursos que a Escola do Legislativo deve oferecer na área de “Educação para a cidadania” (2014)	90
Tabela 88 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre eventos que a Escola do Legislativo deve oferecer na área de “Pesquisa e produção do conhecimento” (2014)	92
Tabela 89 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre eventos que a Escola do Legislativo deve oferecer para contribuir com a capacitação profissional (2014).....	93

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1 – O perfil das Câmaras de Vereadores de Santa Catarina.....	16
1.1 Introdução e metodologia	17
1.2 Infraestrutura, normas e funcionamento	18
1.3 Ação política e relação com a sociedade	23
1.4 Conclusões.....	27
Capítulo 2 – O perfil de vereadores e servidores das Câmaras Municipais de Santa Catarina	29
2.1 Introdução e metodologia	30
2.2 Perfil dos servidores	33
2.2.1 Perfil dos servidores: uma síntese	41
2.3 Perfil dos vereadores	41
2.3.1 Indicadores sociodemográficos	41
2.3.2 Trajetória política.....	46
2.3.3 Representação política e papel do vereador	54
2.3.4 Opiniões políticas	58
2.3.5 Associativismo e diferenças por gênero	73
2.3.6 Perfil dos vereadores: uma síntese.....	80
Capítulo 3 – A Escola do Legislativo nas percepções de vereadores e servidores das Câmaras Municipais	85
Referências	101

Apêndices

Apêndice 1 – Questionário para levantamento institucional

Apêndice 2 – Questionário e perfil de vereadores e servidores

Apêndice 3 – Planilhas de campo presencial realizado pela Escola do Legislativo

Introdução

Este relatório apresenta os dados do mais amplo levantamento já realizado sobre as características das Câmaras Municipais, dos vereadores e dos servidores das Câmaras Municipais de Santa Catarina. A cooperação entre pesquisadores da Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina assegurou a coleta de dados de 292 das 295 Câmaras, assim como permitiu traçar o perfil detalhado de parlamentares e servidores dos legislativos municipais, a partir de 2.935 questionários por eles respondidos.

Os objetivos do estudo foram os seguintes:

- a) conhecer o perfil detalhado dos parlamentos municipais (da estrutura das Câmaras, dos parlamentares e de seus servidores);
- b) identificar a configuração política dos legislativos municipais;
- c) recolher opiniões dos vereadores catarinenses sobre temas específicos de interesse da coletividade;
- d) mapear as características sociodemográficas e de trabalho dos vereadores e servidores; e
- e) contribuir, com essas informações, para o planejamento das ações da Escola do Legislativo.

Foi um trabalho difícil e desafiador, que começou em outubro de 2013, com a definição da metodologia e dos instrumentos da pesquisa, e que se encerra agora, um ano e meio depois. A coleta de dados estendeu-se de dezembro de 2013 a dezembro de 2014 e envolveu uma equipe de mais de 40 pesquisadores. Os entendimentos entre as instituições deram-se ao abrigo de Termo de Cooperação Técnico-Científica firmado entre a UFSC e a ALESC em 2013.¹

O relatório é predominantemente descritivo, limitando-se o diálogo com a bibliografia especializada a poucos pontos em que isso foi considerado fundamental pelos pesquisadores. A equipe de investigação entende que a finalidade deste relatório é a divulgação ampla dos dados obtidos e, portanto, optou-se por uma linguagem simples, clara e direta. Abordagens tipicamente acadêmicas, em diálogo detalhado e hermético com os conceitos, categorias analíticas e metodologias das Ciências Sociais serão realizadas em artigos específicos.²

O texto está dividido em três capítulos. O primeiro agrupa os dados institucionais

1 A proposta de cooperação interinstitucional partiu da coordenadora da Escola do Legislativo, Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, por iniciativa da Gestora do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento, Janete Brígida Biella.

2 O acesso à base de dados é assegurado a pesquisadores interessados, bastando solicitá-los à Escola do Legislativo. Os dados serão fornecidos sem a identificação dos respondentes.

obtidos junto às Câmaras de Vereadores do estado. O segundo apresenta a análise das informações políticas e de perfil dos vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense. Cada um desses capítulos tem uma introdução em que a metodologia é detalhadamente descrita e criticada, para que se possa aferir a confiabilidade dos dados apresentados e analisados na sequência. O último capítulo reporta as expectativas e necessidades de Câmaras, vereadores e servidores em relação à Escola do Legislativo. Os apêndices apresentam os questionários, o roteiro de visitas às Câmaras, desenvolvidos pelos pesquisadores, e os resultados quantitativos, na ordem das questões apresentadas às Casas legislativas, aos servidores e aos vereadores.

A publicação deste relatório é uma contribuição da ALESC e da UFSC às reflexões sobre a qualidade da democracia representativa nos municípios de Santa Catarina. Os dados são relevantes para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo. Os indicadores podem orientar ações tendo em vista otimizar o desempenho dos agentes públicos e políticos nas atribuições institucionais, permitindo ao Poder Legislativo identificar novas oportunidades de atuação (modernização, capacitação, estudos, políticas específicas etc.). Além disso, a divulgação desse relatório promove o princípio da transparência, ao oferecer à sociedade dados e informações sobre a estrutura e os agentes do Legislativo. A identificação das características sociodemográficas (faixa etária, sexo, raça/cor, profissão, nível educacional, entre outras) e de trabalho dos parlamentares e servidores das Câmaras de Vereadores de Santa Catarina é também fundamental para os estudos relativos à democracia no Estado. Os resultados permitirão aprimorar a atuação da Escola do Legislativo na capacitação de parlamentares e servidores das Câmaras, ao identificar lacunas e interesses específicos de formação, ainda na vigência da atual legislatura nos municípios, contribuindo para a realização de pesquisas sobre representação política e poder local nos mandatos em andamento. Os dados poderão também subsidiar novos estudos relacionados ao sistema democrático, à representação política, ao poder local, entre outros temas.

Capítulo 1 – O perfil das Câmaras de Vereadores de Santa Catarina

1.1 Introdução e metodologia

Com o objetivo de conhecer as características institucionais das Câmaras de Vereadores de Santa Catarina, a equipe do 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense colheu respostas a um questionário online, mobilizando uma série de estratégias de coleta de dados combinadas.

Em dezembro de 2013, todas as Câmaras Municipais receberam ofício do presidente da Assembleia Legislativa solicitando a resposta ao questionário, com a indicação do link para alimentação dos dados. Cartas reiterando a solicitação foram enviadas em fevereiro e março de 2014.

Entre março e maio de 2014, as Câmaras de Vereadores que ainda não haviam respondido ao inquérito foram contatadas inúmeras vezes por telefone pela equipe de pesquisadores. Exceto Urussanga, a primeira Câmara em que todos os integrantes responderam espontânea e prontamente, constatou-se que uma parte delas tinha dificuldades de responder à pesquisa online, em função de conexões precárias à internet ou de falta de domínio técnico para o uso de computadores. A partir desse momento, o questionário passou a ser enviado às secretarias das Câmaras não respondentes pelo correio ou por e-mail. Recebidas as respostas (em forma impressa ou eletrônica), os dados eram usados pelos pesquisadores para alimentar a plataforma eletrônica.

Por fim, entre junho e setembro de 2014, dezenas de Câmaras Municipais foram visitadas por pesquisadores da Escola do Legislativo, em busca de respostas de vereadores e servidores para o censo, sendo que aquelas que ainda não haviam respondido ao questionário institucional foram convidadas a fazê-lo. Novamente, os dados assim colhidos alimentaram a plataforma eletrônica. O esforço final de coleta de dados deu-se entre outubro e dezembro de 2014, esgotando-se, com ele, as tentativas de obter respostas das câmaras remanescentes.³

Graças a esse longo trabalho, foram obtidas informações de 292 municípios, 98,98% do total de 295. Apenas três Câmaras não enviaram as informações solicitadas: Caibi, Serra Alta e Sul Brasil.

As tentativas de obter respostas das Câmaras de Vereadores a uma consulta

3 Uma série de obstáculos relacionados à conjuntura do período afetou a realização do trabalho de campo. Uma greve dos trabalhadores dos Correios provocou atraso na entrega de correspondências oficiais da ALESC às Câmaras de Vereadores. A realização da Copa do Mundo produziu alterações nos dias de sessões, resultou em expedientes mais curtos, em visitas canceladas ou prejudicadas pelo horário dos jogos. Com a proximidade das eleições de outubro, o envolvimento de vereadores em campanhas afetou tanto uma parte da coleta presencial de respostas pelos pesquisadores quanto o recebimento de mensagens ou de telefonemas pelos agentes públicos e políticos das Câmaras.

relativamente simples emanada pelo presidente da ALESC revelam dificuldades inesperadas na comunicação entre os dois níveis do poder legislativo no Estado. As comunicações impressas tiveram de ser reiteradas várias vezes, para surtirem efeito. O recesso e a mudança da composição das Câmaras, que ocorre anual ou bienalmente, podem ter afetado essa relação. Foi também necessário vencer resistências para a obtenção das respostas, sobretudo reiterando a garantia de que os dados seriam tratados em bloco, sem a identificação de cada Câmara – ainda que tais informações já estivessem nas comunicações escritas.

O questionário (Apêndice 1) foi elaborado pela equipe da Escola do Legislativo e aperfeiçoado pela equipe da UFSC. Disponibilizado na plataforma de pesquisa online *SurveyMonkey*, o questionário foi testado pelos pesquisadores durante sessões de capacitação na Escola do Legislativo e na Universidade Federal de Santa Catarina. As sessões de treinamento e o trabalho na realização do Censo transferiram *know-how* de pesquisa quantitativa para a equipe da Escola do Legislativo, que passou a ter autonomia para realizar outros levantamentos semelhantes, se desejar.

Os dados obtidos no Censo dos Legislativos Municipais de Santa Catarina serão apresentados a seguir em três seções, tratando consecutivamente das características infraestruturais e políticas dos parlamentos, sucedidas por uma análise conclusiva.

1.2 Infraestrutura, normas e funcionamento

A maior parte das Câmaras de Vereadores de Santa Catarina foi criada nos anos 1960. Entre 260 respondentes, 32,7% foram criadas nessa década, sendo 67 até 1963 e 18 depois de 1964. Novo fluxo de criação de Câmaras ocorreu na década de 1990, após terem sido promulgadas as novas Constituições do Brasil e do Estado de Santa Catarina (Tabela 1).

Tabela 1 – Período de criação das Câmaras de Vereadores

Década de criação	Núm.	%
Após o ano 2000	9	3,4
Década de 1990	74	27,6
Década de 1980	18	6,7
Década de 1970	4	1,5
Década de 1960	85	31,7
Década de 1950	41	15,3
Antes de 1950	37	13,8

n = 292

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

As principais características físicas e estruturais das 292 Câmaras de Vereadores que nos deram retorno descrevem-se da seguinte forma: 42,8% dos imóveis onde funcionam as Câmaras são próprios, sendo os demais alugados (23,8%) ou cedidos (31,7%)⁴; além disso, 77,7% funcionam em prédios distintos daqueles onde estão as prefeituras, sendo que 22,3% das Câmaras funcionam em prédios anexos ao Executivo. Do cruzamento entre as duas questões, depreende-se que 82,81% dos imóveis cedidos são anexos à prefeitura, enquanto os imóveis próprios estão em geral localizados fora dela.

Trinta por cento das Câmaras Municipais mudaram de sede entre 2010 e 2014, cinco anos anteriores à realização da pesquisa, e em 89,65% dos casos a mudança foi para fora das dependências da prefeitura. Isso parece indicar a tendência de reforço da autonomia institucional das Câmaras em relação ao Executivo, em termos de infraestrutura.

Quanto à organização do espaço, apenas 17,7% dos vereadores dispõem de gabinetes individuais, ou seja: 2.357 parlamentares municipais catarinenses (82,3%) compartilham espaços para a realização de suas tarefas cotidianas, entre elas o atendimento à população.

Das Câmaras, 97,6% possuem plenário. As Casas legislativas de maior porte têm plenários com até 400 lugares, enquanto as menores os têm com a partir de 15 lugares; dois terços das Câmaras têm plenários com menos de 100 assentos. Somados, os lugares previstos em plenário por todas as Câmaras de Santa Catarina são 21.977, média de 79 por Casa legislativa informante.

As Câmaras realizam sessões principalmente no início de cada semana. Às segundas-feiras são promovidas as sessões de 44% das Casas legislativas e, nas terças, de outros 26,8% delas. Abrigam sessões nas quartas-feiras catorze Câmaras, enquanto as quintas-feiras são a escolha de treze Casas legislativas e as sextas-feiras, de nove. Promovem encontros mais de uma vez na semana 16,5% das Câmaras. Nenhum parlamento informou realizar sessões pelas manhãs. A maior parte das Câmaras (87,7% entre 227 respondentes) inicia suas reuniões das 18h às 20h. As demais começam as sessões entre 13h30 e 17h30.

A maior parte das Câmaras teve seus regimentos revistos depois do ano 2000: 60,4% entre 263 respondentes. Publicaram os regimentos depois de 2010 26,6% dos parlamentos, enquanto 33,8% os criaram ou revisaram entre 2000 e 2009. Contudo, 39,6% das Câmaras têm regimentos antigos, criados ou revisados antes de 1999. Três Casas legislativas reportaram manter regimentos anteriores a 1990.

4 As respostas “Outro”, que totalizaram 1,7%, referem-se quase que integralmente a espaços cedidos pelas prefeituras.

No que se refere aos recursos de informática das Câmaras de Vereadores, a pesquisa constatou que 78% das Casas legislativas têm até dez computadores (entre 287 respondentes). Têm entre dez e cinquenta computadores 17,8% das Câmaras, enquanto as doze restantes têm mais de cinquenta cada (seis delas, entre 50 e 100 e outras seis, mais de 100). Ao todo, as 287 têm 3.412 computadores, média de 11,9 por Câmara. O total de computadores quase equivale ao número de servidores informado pelas Câmaras (3.549) e resulta numa média de 1,2 máquinas por parlamentar.

Na avaliação desses recursos, 71,5% das Câmaras afirmaram possuir computadores compatíveis com as necessidades diárias, enquanto 28,6% consideram que essas necessidades não são atendidas ou só o são parcialmente pela tecnologia instalada. As principais lacunas referem-se à falta de computadores modernos e velozes e à lentidão do acesso à internet, embora deficiências no sistema integrado e em softwares também tenham sido mencionadas (Tabela 2).

Tabela 2 - Condições tecnológicas da Câmara Municipal*

	Discorda total ou parcialmente	Concorda total ou parcialmente
Os computadores são modernos com velocidade compatível às necessidades diárias	15,1%	83,9%
Os softwares utilizados atendem às expectativas da Câmara	10%	87,6%
O Sistema Integrado da Câmara atende às necessidades da Câmara	13,2%	71,4%
O acesso à Internet é rápido e corresponde às necessidades da Câmara	14,5%	84,1%
A Câmara utiliza computadores da Prefeitura, porque não possui equipamentos próprios	58,8%	4,8%

*** % não totalizados por conta de respostas “não se aplica”.**

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Mais da metade das Casas legislativas (57,4%) afirmam possuir Sistema Informatizado do Processo Legislativo (SPL), cuja alimentação constante com dados pertinentes ao trabalho desenvolvido nas Câmaras possibilita o acompanhamento e o monitoramento pela população das matérias em discussão.

A maior parte das Câmaras Municipais catarinenses (61,6%) possui receita orçamentária de até um milhão de reais (Tabela 3). Têm receita entre 1 milhão e 2 milhões de reais 17,8% das Câmaras.

Tabela 3 – Faixa de receita orçamentária em 2013

	%	% acum.
Até R\$ 100.000,00	1,6	1,6
De R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	-	1,6
De R\$ 200.000,01 até R\$ 300.000,00	0,8	2,4
De R\$ 300.000,01 até R\$ 400.000,00	2,0	4,4
De R\$ 400.000,01 até R\$ 500.000,00	9,3	13,7
De R\$ 500.000,01 até R\$ 600.000,00	16,1	29,8
De R\$ 600.000,01 até R\$ 700.000,00	13,7	43,5
De R\$ 700.000,01 até R\$ 800.000,00	9,7	53,2
De R\$ 800.000,01 até R\$ 900.000,00	4,8	58,0
De R\$ 900.000,01 até R\$ 1.000.000,00	3,6	61,6
De R\$ 1.000.000,01 até R\$ 2.000.000,00	17,8	79,4
De R\$ 2.000.000,01 até R\$ 3.000.000,00	7,3	86,7
De R\$ 3.000.000,01 até R\$ 4.000.000,00	3,2	89,9
De R\$ 4.000.000,01 até R\$ 5.000.000,00	1,6	91,5
Acima de R\$ 5.000.000,00	6,5	98,0
Sem orçamento próprio	1,6	99,6
Autonomia financeira iniciada em 2014	0,4	100,0

n = 292**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

A identificação da receita das Câmaras apresenta um aspecto contraditório: apesar da identificação de insatisfações técnicas e com relação à falta de sede própria, observamos que 88% das casas legislativas devolveram parte da receita orçamentária recebida em 2013, ano anterior ao da pesquisa, ao passo que apenas 12% utilizaram todo o orçamento recebido (n = 34). Devolveram até R\$ 100 mil 61,5% das Câmaras (Tabela 4).⁵

⁵ A pesquisa tentou aferir o gasto médio da Câmara por parlamentar, mas, em função de diferentes padrões adotados pelas casas para as respostas, não foi possível aproveitá-las para uma leitura do conjunto dos parlamentos. Apesar de uma parte atribuir valores a esse gasto, há casos em que se menciona apenas que recebem o salário (sem discriminar valor), muitos que informaram não ter havido gastos e outros que apresentaram os gastos totais da câmara – alguns se referindo ao conjunto dos vereadores, outros sem especificação e outros ainda para todas as despesas.

Tabela 4 – Faixa de orçamento devolvido em 2013

	%	% acum.
Até R\$ 50.000,00	41,6%	41,6%
De R\$ 50.000,01 até R\$ 100.000,00	20%	61,6%
De R\$ 100.000,01 até R\$ 150.000,00	10,6%	72,2%
De R\$ 150.000,01 até R\$ 200.000,00	4,4%	76,6%
De R\$ 200.000,01 até R\$ 250.000,00	4,4%	81%
De R\$ 250.000,01 até R\$ 300.000,00	3,5%	84,5%
De R\$ 300.000,01 até R\$ 350.000,00	1,3%	85,8%
De R\$ 350.000,01 até R\$ 400.000,00	1,3%	87,1%
De R\$ 400.000,01 até R\$ 450.000,00	0,4%	87,5%
De R\$ 450.000,01 até R\$ 500.000,00	1,3%	88,8%
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.000.000,00	5,3%	94,1%
De R\$ 1.000.000,01 até R\$ 2.000.000,00	3,1%	97,2%
De R\$ 2.000.000,01 até R\$ 3.000.000,00	1%	98,2%
De R\$ 3.000.000,01 até R\$ 4.000.000,00	0,4%	98,6%
De R\$ 4.000.000,01 até R\$ 5.000.000,00	0,4%	99%
Acima de R\$ 5.000.000,00	1%	100,0%

n = 292**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

As Câmaras têm em média 4,3 Comissões Permanentes. Têm de três ou quatro Comissões Permanentes 78,2% de 289 Câmaras respondentes. Têm entre seis e nove Comissões Permanentes 13,8% das Câmaras, enquanto apenas três Casas legislativas têm dez ou mais comissões desse tipo. Vinte Câmaras têm apenas uma ou duas Comissões Permanentes. As Comissões Permanentes mais frequentes, pela ordem decrescente de menções, são as de Constituição, Legislação, Justiça, Redação Final, Finanças (orçamento, fiscalização e contas), Agricultura, Indústria e Comércio, Serviços Públicos e Atividades Privadas, Esporte e Turismo e Defesa do Consumidor.

A maior parte das Câmaras (84,8%) não tem Comissões Temporárias. Entre as que têm, as mais frequentes são comissões de inquérito e comissões especiais. Foram mencionadas também comissões para assuntos específicos, como a revisão de regimentos internos ou o acompanhamento de determinados problemas sociais ou políticos no município.

Os mandatos das Mesas Diretoras costumam durar dois anos (56,2% dos casos) ou um ano (43,5% dos casos). Em 75,3% das Casas legislativas, a Mesa conta com quadro de pessoal definido para auxiliar seus trabalhos. São, em geral, um ou dois servidores, situação comum a 56,3% das 209 respondentes. Têm três ou mais servidores dedicados a assessorar a

Mesa 43,7% dos parlamentos. Ao que indicam esses dados, 526 dos 3549 servidores trabalham para as Mesas Diretoras.

1.3 Ação política e relação com a sociedade

Em relação às mídias utilizadas pelas Câmaras para se comunicar com os eleitores e a sociedade, os respondentes puderam indicar o uso de mais de um veículo. Percebe-se uma maior adesão aos recursos próprios de comunicação baseados na internet, como e-mails, sites e blogs (83%), seguidos de jornal impresso (74,7%) e rádio (66,3%). Há de se investigar a probabilidade de esse último veículo ter maior protagonismo entre os municípios de menor porte. É notável o baixo uso de televisão pelas Câmaras, em percentual equivalente a um quarto da utilização de redes sociais (Tabela 5).

Tabela 5 – Mídias utilizadas pela Câmara

	%
Internet (e-mail, site, blogs etc.)	83%
Jornal impresso (jornal local, informativos etc.)	74,7%
Rádio	66,3%
Redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram etc.)	26,4%
Televisão	6,9%
Outras	0,7%

n = 292

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Praticamente todas as Câmaras de Vereadores têm páginas na internet: foram informados 287 endereços, correspondentes a 98,3% das respondentes. A existência de e-mails para contato é ainda maior, comportando 290 respondentes. A taxa de presença das Câmaras na internet é, portanto, mais significativa do que a percepção das próprias Câmaras sobre a importância do uso desse tipo de mídia. Outro dado reforça essa constatação: embora 83% das Câmaras afirmem utilizar canais de comunicação via internet, apenas 61% publicam nela o seu Regimento Interno. Essa diferença também é explicada pelos padrões de uso e acesso à internet pela população: em Santa Catarina, em 2014, 56% da população não utilizava internet (BRASIL, 2014, p. 52).

Sobre a participação e o comparecimento mais ativo da população às atividades parlamentares, o que se verifica é que, apesar de 99,7% delas afirmarem que o acesso dos cidadãos à Câmara é aberto, uma parcela expressiva (46,8%) não promoveu eventos que

reuniram os munícipes para discussão de projetos legislativos, ao menos na atual legislatura. Dentre as Câmaras que informaram realizar eventos públicos, os mais recorrentes foram audiências públicas (40,8%) e reuniões com lideranças comunitárias (27,1%) (Tabela 6).

Tabela 6 – Eventos promovidos pelas Câmaras para discutir projetos legislativos na atual legislatura

	%
Não realizou	46,8%
Audiências públicas	40,8%
Reunião com lideranças comunitárias	27,1%
Encontros com comunidades	14,4%
Exposições	3,9%
Seminários	2,5%
Outros	2,8%

n = 285

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Menos da metade das Câmaras de Santa Catarina convocou a população do Estado para audiências públicas nessa legislatura. Outras 144 Casas legislativas não o fizeram (e 7 não responderam à questão). As audiências públicas mais recorrentes trataram de temas como o orçamento (LDO, LOA), o planejamento de investimentos (PPA), as metas fiscais, o plano diretor, a prestação de contas e a responsabilidade fiscal. Outras audiências trataram de uma ampla gama de questões de relevância social e política para as comunidades, como a segurança pública, o abastecimento de água, a mobilidade urbana, a duplicação da BR 101, a coleta e o destino de lixo ou problemas de grupos sociais específicos, como os pequenos agricultores ou os povos indígenas.

Considerando os eventos públicos de modo geral, verificamos que mesmo em municípios onde são realizadas audiências públicas, reuniões com lideranças comunitárias ou outras atividades, o comparecimento da população é baixo, uma vez que 69,8% informaram que o público médio em tais eventos é inferior ou igual a 50 pessoas (Tabela 7). Destaca-se que nem todas as Casas legislativas que declararam realizar eventos abertos público souberam informar a média de presentes.

Tabela 7 – Público médio dos eventos promovidos pelas Câmaras para discutir projetos legislativos na atual legislatura

Quantidade de pessoas	%
Até 50	69,8%
De 51 a 100	19,8%
De 101 a 150	3,2%
De 151 a 200	3,2%
Mais de 200	4,0%

n = 126

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

As Casas não costumam controlar o número de cidadãos que procuram os parlamentares: apenas 5,2% das Câmaras afirmaram realizar esse controle, enquanto 275 disseram não o fazer. Das 13 Câmaras que calcularam o comparecimento popular nas Casas na atual legislatura, 7 afirmaram ter recebido mais de 200 pessoas, 3 mencionaram até 50 pessoas e outras 3, entre 51 e 150 pessoas.

Além disso, a maior parte das Casas legislativas catarinenses (68,3%) afirma não possuir programas, projetos ou ações específicas que busquem aproximar a sociedade do Poder Legislativo. Entre as 83 Câmaras que informaram a existência de projetos, os mais frequentes são chamados de Câmara Mirim, Câmara Cidadã, Tribuna Popular, Balcão da Cidadania, Câmara Itinerante e Câmara Jovem. Visam sobretudo apresentar o parlamento aos jovens e aos estudantes, aproximar o trabalho dos vereadores das comunidades mais distantes, estimular a participação popular e prestar serviços ao cidadão.

O Executivo é a principal fonte de projetos de lei das Câmaras Municipais de Santa Catarina: tanto em 2012 quanto em 2013, mais de dois terços dos projetos analisados pelos vereadores foram provenientes das prefeituras (Tabela 8). Nos dois exercícios, os projetos concebidos pelos próprios parlamentares foram pouco menos de 23% do total, enquanto as propostas de iniciativa popular responderam somente por cerca de 5%. Em 2013, as prefeituras apresentaram projetos a 269 Câmaras (entre 272 respondentes), enquanto parlamentares submeteram projetos em 238 casas (entre 268 respondentes).

Tabela 8 – Origem dos projetos de lei analisados pelas Câmaras de Vereadores de Santa Catarina

Origem	2012	2013
Executivo	13.822 (72,8%)	19.174 (71,8%)
Legislativo	4.301 (22,7%)	6.127 (22,6%)
Iniciativa popular	855 (4,5%)	1.385 (5,2%)
Total	18.978	26.686

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Projetos de lei de iniciativa popular costumam ser acolhidos e aprovados pela atual legislatura. Em 2012 e 2013, nas Câmaras que responderam à questão sobre o tema, foram aprovados 2.189 de 2.240 projetos de lei de iniciativa popular (97,7%). O número de projetos de iniciativa popular apresentados em 2012 (855), ano de eleições municipais, foi significativamente menor do que em 2013 (1.382). Agrava a baixa presença de leis de iniciativa popular o fato de que elas se dão em número muito pequeno de municípios. Em 2012, não foram mais que 31 municípios; no ano seguinte, não mais de 42 (em ambos os casos, entre 205 respondentes).

No que se refere à composição partidária nas Câmaras, destacamos que o PMDB possui vereadores em praticamente todos os municípios cujos questionários institucionais nos foram encaminhados (97,3%), o que reitera sua característica mais proeminente no que se refere ao seu papel no sistema multipartidário brasileiro: a capilaridade com que tal partido ocupa os cargos eletivos nos municípios brasileiros (Tabela 9). Dentre os demais partidos, destacamos PP e PSD, que estão presentes em aproximadamente 80% dos municípios catarinenses, e PSDB e PT, partidos que estruturam as disputas presidenciais no Brasil há duas décadas e que se fazem presentes, em Santa Catarina, em cerca de dois terços das Câmaras Municipais. Dentre os demais partidos, PPS, PDT, DEM e PR têm parlamentares entre 15% e 20% dos municípios catarinenses. Dezesesseis partidos têm representantes em um a vinte e seis municípios e sete não possuem vereadores no Estado (PTC, PSTU, PCB, PHS, PCO, PTN e PEN).

Tabela 9 – Partidos com maior recorrência nas Câmaras e em funções administrativas

Partido	Presença de vereadores nas Câmaras	Presidência da Câmara	Vice-Presidência da Câmara
PMDB	97,3%	29,2%	31,5%
PP	79,4%	15,1%	15,2%
PSD	77,7%	17,5%	19,7%
PSDB	65,6%	11,0%	11,1%
PT	62,5%	12,4%	9,0%

n = 292

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A Tabela 9 também apresenta dados referentes à ocupação de funções administrativas pelos cinco principais partidos da política municipal catarinense. Os percentuais demonstram a predominância do PMDB em termos de presidentes e vice-presidentes nas casas legislativas, bem como a maior efetividade do PSD sobre o PP em ocupar tais cargos burocráticos de destaque (ainda que o segundo partido tenha eleito mais vereadores) e o expressivo percentual de presidências ocupadas pelo PT, maior que o do PSDB e próximo àquele do PP, ambos partidos com mais vereadores que o PT no estado.

Ademais, cabe destacar que o número de partidos que ocupam a Presidência ou a Vice-Presidência das Câmaras não é tão alto (16 e 12, respectivamente), mas, considerando também as funções de 1º e 2º secretários, apenas sete partidos dentre os que elegeram vereadores não dispõem de cargos burocráticos nas Câmaras, o que demonstra a pluralidade de lideranças políticas nas Casas legislativas catarinenses. Por fim, consideradas as funções de 1º, 2º 3º e 4º secretários, os cinco grandes partidos expostos na Tabela 9 mantêm posição de destaque sobre os demais, ocupando as parcelas mais elevadas desses postos.

1.4 Conclusões

Em síntese, pode-se afirmar que as Câmaras de Vereadores de Santa Catarina apresentam, em média, as seguintes características no que diz respeito à infraestrutura: mais da metade dos prédios são cedidos ou alugados, e funcionam em espaços distintos daqueles onde estão as prefeituras. A maior parte das Câmaras Municipais catarinenses possui receita orçamentária de até 1 milhão de reais, sendo que a faixa que contempla o maior número de Casas legislativas (48,5%) é aquela entre 500 mil e 1 milhão de reais. Poucas Câmaras dispõem de gabinetes individuais para vereadores. No que diz respeito aos recursos de informática, embora a maior parcela afirme possuir computadores compatíveis com as

necessidades, bem como um sistema informatizado de processos legislativos e um uso elevado de mídias eletrônicas, percebe-se que para uma parcela dos parlamentos os equipamentos, sistemas ou outros recursos estão desatualizados. Chama a atenção o fato de que, apesar da identificação de insatisfações técnicas e da inexistência de sede própria, 88% das Casas legislativas devolveram parte da receita orçamentária recebida no ano anterior ao da pesquisa.

O trabalho legislativo é fortemente dependente de iniciativas do Executivo, já que quase três quartos dos projetos analisados pelas Câmaras em 2013 e 2012 foram provenientes de prefeituras. A iniciativa popular restringe-se a cerca de 5% do total de projetos, e limita-se a um número reduzido de municípios.

Ainda no que diz respeito à participação da população junto às atividades parlamentares, verificamos que quase a metade das Câmaras não promove eventos que reúnam os munícipes para a discussão de projetos legislativos, ao menos na atual legislatura. As audiências públicas e as reuniões com lideranças comunitárias foram, dentre as Câmaras que informaram realizar eventos públicos, as formas mais recorrentes de participação.

No que se refere à composição partidária nas Câmaras, destacamos que o PMDB, além de possuir vereadores em praticamente todos os municípios, também lidera em termos de ocupação de cargos de Presidência e de Vice-Presidência nas Casas legislativas. Os outros partidos que também estão presentes (em mais de 75%) com representação nas Câmaras são, por ordem decrescente de casos, o PP, PSD, PSDB e PT.

Capítulo 2 – O perfil de vereadores e servidores das Câmaras Municipais de Santa Catarina

2.1 Introdução e metodologia

As informações sobre o perfil dos vereadores e servidores dos legislativos municipais catarinenses foram obtidas por meio de enquête em rede, de participação espontânea, realizada em parte pela internet e em parte presencialmente.⁶ Os dados foram colhidos entre 27 de março e 30 de novembro de 2014.

O questionário (Apêndice 2) foi elaborado pela equipe da UFSC e aperfeiçoado pela equipe da Escola do Legislativo. Foram tomados como referência estudos sobre o legislativo municipal realizados anteriormente no Brasil, como o do Interlegis (2005), assim como bibliografia compatível com o tema na Ciência Política. As perguntas foram agrupadas em blocos temáticos, destinados a obter informações sobre:

- a) características demográficas dos dois grupos;
- b) características e opiniões políticas, concentradas no grupo de vereadores;
- c) características do trabalho parlamentar e dos servidores.

O questionário foi alimentado no sistema escolhido para a realização da enquête (*SurveyMonkey*) e submetido a pré-teste pelos pesquisadores durante sessões de capacitação na Escola do Legislativo e na Universidade Federal de Santa Catarina. As respostas do pré-teste foram descartadas e a série final de ajustes foi então realizada.

Ao longo do trabalho de campo (março a novembro de 2014), a pesquisa foi divulgada pelos seguintes canais:

- a) e-mails enviados individualmente pela equipe de pesquisa aos servidores e vereadores;
- b) ofícios remetidos pela Escola do Legislativo para os presidentes das Câmaras de Vereadores;
- c) notícias publicadas nos meios de comunicação da Assembleia Legislativa e também distribuídas à mídia pela assessoria de imprensa da casa;
- d) presencialmente, em visitas às Câmaras realizadas pela equipe de pesquisadores.

A base bruta de dados foi saneada em paralelo à coleta de respostas. Foram eliminadas todas as respostas duplicadas, assim como as de má-fé ou visivelmente inverídicas (pouco numerosas). Foram obtidas, desse modo, 2.935 respostas consideradas válidas e consistentes – 1.881 de servidores e 1.054 de vereadores.

6 Trata-se de método experimental, que vem sendo gradualmente adotado em pesquisa social. No Brasil, um exemplo de uso da técnica encontra-se em Mick; Lima (2013).

O objetivo inicial do projeto era a realização de censo com parlamentares e servidores das 295 Câmaras de Vereadores de Santa Catarina. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicam que há, no Estado, 2.864 vereadores, dos quais 2.479 são homens e 385 são mulheres. A pesquisa obteve respostas de 1.054 parlamentares, 36,8% do total.

Com base nas respostas ao questionário institucional fornecidas por 292 Câmaras, havia, em 2014, ao menos 3.549 servidores nos parlamentos do Estado, sendo 1.834 homens e 1.715 mulheres. As 1.881 respostas de servidores obtidas na pesquisa correspondem a 54,4% dessa população. A proporção de servidoras respondentes da pesquisa (52,6%) é maior que a presença delas na população (48,3%), o que parece indicar maior propensão de mulheres a participarem de levantamentos desse tipo. Essa impressão se reforça por outro dado: a proporção de respondentes mulheres entre os vereadores (15,7%) também é um pouco maior do que a presença delas na população (elas são 385 num contingente de 2.864 parlamentares, ou 13,4%).

Para a realização do estudo, a Escola do Legislativo da ALESC colheu as informações necessárias sobre a estrutura dos parlamentos, as listas e canais de contato (endereços de e-mail e telefones) com parlamentares e servidores. As respostas foram fornecidas espontaneamente por vereadores ou servidores interessados em participar do levantamento, motivados pela equipe de pesquisa, por notícias sobre o estudo publicadas em mídias dirigidas ou por estímulos de colegas que já haviam respondido.

Durante os dois primeiros meses, a coleta de dados foi realizada unicamente pela internet. A equipe observou uma série de dificuldades para a realização plena do levantamento utilizando somente esse canal: nem todas as Câmaras dispõem de computadores em bom estado ou com acesso estável à internet; boa parte dos vereadores e dos servidores, principalmente nos menores municípios, não tem familiaridade com o uso de computadores ou de internet; parte dos vereadores ou servidores não tem e-mail ou o endereço de correio eletrônico disponível estava errado – ou não era utilizado com frequência.⁷

As estratégias de coleta de dados foram, então, diversificadas. A partir do final de abril, a equipe passou a telefonar para parlamentares e servidores a fim de convidá-los a responder o questionário online. A equipe passou a oferecer duas possibilidades adicionais de resposta: o envio do questionário por e-mail, para resposta em arquivo de texto, ou a aplicação do questionário por telefone. A primeira dessas possibilidades foi acolhida positivamente por uma parcela da população, sobretudo por servidores; a segunda foi descontinuada, tanto

⁷ Valem, também a esse respeito, as observações da nota 3.

porque alguns vereadores ou servidores demonstravam dificuldades de compreender o enunciado da questão ou as opções de resposta, quanto pelo tempo de aplicação, muito elevado (no caso dos vereadores, a coleta por telefone estendia-se para além dos 30 minutos).

Em maio, a coleta de dados foi diversificada ainda mais. A Escola do Legislativo enviou os questionários em formato de texto para todas as Câmaras, solicitando que vereadores e servidores respondessem em papel e devolvessem os formulários por correio. Além disso, definiu-se uma agenda de visitas às Câmaras de Vereadores pela equipe de pesquisadores, em dias de sessão, para a coleta presencial de dados (ver Apêndice 3). A Escola do Legislativo também solicitou o apoio das associações de Câmaras de Vereadores na divulgação do levantamento entre seus associados. Apesar de todos esses esforços, a taxa de retorno dos vereadores foi menor do que a de servidores.

Como em outros levantamentos baseados em respostas espontâneas, parte-se do princípio de que a disposição de participar seja homogênea em todos os estratos da população. Foram adotadas as seguintes estratégias, consideradas eficazes em outros estudos sobre essa metodologia (enquete em rede), notadamente por Evans; Mathur (2005):

a) reforço da legitimidade da pesquisa: estudos anteriores comprovaram que a participação espontânea tende a ser maior quando quem promove o levantamento é uma universidade ou outro organismo acadêmico, e não uma empresa do mercado; além disso, a ação combinada de duas instituições de credibilidade, a ALESC e a UFSC, reiterou a legitimidade da iniciativa;

b) reforços de convites: tanto nas abordagens por e-mail, quanto naquelas pessoais, e às vezes em combinação entre esses canais, boa parte dos respondentes recebeu mais de um convite para participar da pesquisa. As taxas de resposta ao primeiro pedido de participação espontânea a enquetes online são relativamente baixas, e crescem à medida que se reiteram os convites.

Apesar desses cuidados, é preciso reconhecer que há riscos de enviesamento dos resultados, porque é impossível saber ao certo se a disposição de participar espontaneamente em levantamentos como esse é homogênea em toda a população investigada; se não for, a representação exagerada de algum dos estratos da população pode afetar algo dos resultados.

Por fim, reitera-se o alerta aplicado a todo levantamento quantitativo: trata-se de uma espécie de “fotografia”, que com certa probabilidade reflete as condições de vereadores e servidores dos legislativos municipais de Santa Catarina no momento em que os dados foram colhidos. Como indica Combessie (2004), os dados empíricos não são a resposta pronta e

acabada para os problemas de pesquisa, mas são qualificativos. Um apontamento ainda mais pertinente é que servirão como dispositivos para novas perguntas, espera-se, mais qualificadas. Constituem, portanto, pontos de partida para outras investigações, destinadas a corroborar (ou refutar) interpretações como as apresentadas a seguir.

2.2 Perfil dos servidores

Os 1.699 servidores e servidoras respondentes à pesquisa mapeiam 242 municípios do universo de Câmaras Municipais (82%); em 53 deles (18%) não se obteve retorno de nenhum servidor. Os dez municípios dos quais conseguimos mais retorno de servidores foram Joinville (142 servidores), Itajaí (101), Blumenau (86), Tubarão (65), Lages (59), Balneário Camboriú (53), Chapecó (51), Palhoça (47), Florianópolis e Criciúma (46).⁸

Os servidores são majoritariamente brancos (85,8%), seguidos de uma pequena parcela de morenos ou pardos (11,1%), sendo que parte irrisória dos respondentes se auto-representaram como pretos ou negros (1,6%) – distribuição não muito diferente da encontrada na população catarinense (84% de brancos, 12,4% de pardos e 2,9% de pretos).⁹

Grande parte deles são casados (44%) ou vivem em união estável (12,3%); um terço são solteiros (30,8%). A maioria se declara pertencente à religião católica (68,7%), seguida de evangélicos (11,7%) e daqueles não pertencentes a nenhuma religião (10,1%). Por fim, reiterando informação destacada na seção anterior, houve uma propensão maior entre as mulheres em responder à pesquisa, de modo que dentre os entrevistados, 52,6% são do sexo feminino.

Dentre os respondentes que informaram a idade, verificamos baixo percentual de servidores no início da vida produtiva, considerando nessa situação os que estão na faixa de 18 a 22 anos (Tabela 10). Os percentuais se elevam entre as faixas de 23 a 30 anos e de 31 a 40 anos, sendo esta a que concentra o maior número de servidores em atividade que responderam ao questionário (32,1%). A partir desta última faixa, o número de servidores que respondeu ao questionário declina continuamente.

⁸ Em todos estes municípios, exceto Florianópolis, os questionários foram aplicados presencialmente. Os servidores da Capital responderam espontaneamente à enquete online.

⁹ Dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=resultuniverso_censo2010. Acesso em: 14 fev. 2015.

Tabela 10 – Idade dos servidores

	Qtde
Entre 18 e 22 anos	7,7%
Entre 23 e 30 anos	24,7%
Entre 31 e 40 anos	32,1%
Entre 41 e 50 anos	21,8%
Entre 51 e 64 anos	12,5%
Acima de 64 anos	1,2%

n = 1840**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Servidores e servidoras apresentam nível de escolaridade bastante elevado. Verifica-se que 20% possuem ensino médio ou técnico completo, mas a maioria já frequentou o ensino superior: 19,4% possuem ensino superior incompleto e 53,8% possuem ao menos ensino superior completo, sendo que 22,4% cursaram especialização e outros 1,3% mestrado ou doutorado, como se observa na Tabela 11.¹⁰ Trata-se de uma escolaridade muito mais elevada do que a da média da população brasileira, já que os dados do IBGE apontam cerca de 10% de altamente escolarizados no Brasil.

Tabela 11 – Escolaridade dos servidores

	Qtde
Alfabetizado	0,1%
Ensino Fundamental incompleto	1,6%
Ensino Fundamental completo	2,3%
Ensino Médio incompleto	2,1%
Ensino Médio completo	16,8%
Ensino Técnico incompleto	0,6%
Ensino Técnico completo	3,2%
Ensino Superior incompleto	19,4%
Ensino Superior completo	30,1%
Especialização	22,4%
Mestrado	1,2%
Doutorado	0,2%

n = 1878**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

¹⁰ O fato de os questionários terem sido (em sua maioria) autoaplicados pelos próprios servidores e de forma online, pode ter resultado numa sub-representação dos funcionários de maior idade e de menor escolaridade, que tendem a ter mais dificuldade com o mundo virtual.

Em se tratando de vínculo empregatício, 42,7% dos servidores das Câmaras Municipais foram aprovados em concursos públicos, ao passo que 39,5% ocupam cargos de confiança e os demais ingressaram no trabalho por meio de processos seletivos, seleções por empresas de recrutamento, indicações de amigos, vínculos familiares, em continuação a um estágio ou *trainee* ou foram contratados como prestadores de serviços (Tabela 12).

Tabela 12 – Forma de ingresso no trabalho na Câmara

	Qtde
Concurso público	42,7%
Cargo de confiança em órgão público	39,5%
Indicação de amigo ou colega	8,1%
Contratação como prestador de serviços	3,9%
Em continuação a estágio ou <i>trainee</i>	1,0%
Processo seletivo	0,9%
Seleção por empresa de recrutamento	0,5%
Vínculo familiar	0,3%
Outro	3,1%

n = 1803

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Dentre esses servidores, a maior parte declarou cumprir jornada média de trabalho diária entre 5 e 8 horas (65,9%), enquanto 11,6% trabalham por até 5 horas diárias na câmara e outros 22,5% desenvolvem atividades no local por período superior a 8 horas diárias (Tabela 13).

Tabela 13 – Jornada de trabalho diária dos servidores, em média de horas

	Qtde
Até 5 horas	11,6%
De 5 a 8 horas	65,9%
Entre 8 e 12 horas	13,9%
Mais de 12 horas	8,6%

n = 1869

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

À época da construção do questionário e do início da aplicação da pesquisa, o salário mínimo nacional era de R\$ 678,00, de modo que as questões relacionadas à renda pessoal e familiar se basearam em tal valor. Nesse sentido, os resultados permitiram identificar que pouco mais de 70% dos servidores têm renda individual entre R\$ 678,00 e R\$ 3.390,00 (ou

seja, entre 1 a 5 salários mínimos), sendo que a maioria deles (21,4%) ganha entre R\$ 678,00 e R\$ 1.356,00 (um a dois salários mínimos), seguidos daqueles que ganham entre R\$ 1.356,01 e R\$ 2.034,00 (20,9%) (Tabela 14). A renda familiar dos servidores situa-se majoritariamente numa faixa entre R\$ 2.034,00 e R\$ 4.068,00 (34,6%) (Tabela 14).

Tabela 14 – Faixa de rendimentos como servidores

	Qtde
Até R\$ 678,00	2,3%
De R\$ 678,01 até R\$ 1.356,00	21,4%
De R\$ 1.356,01 até R\$ 2.034,00	20,9%
De R\$ 2.034,01 até R\$ 2.712,00	15,5%
De R\$ 2.712,01 até R\$ 3.390,00	13,3%
De R\$ 3.390,01 até R\$ 4.068,00	9,3%
De R\$ 4.068,01 até R\$ 4.746,00	4,4%
De R\$ 4.746,01 até R\$ 5.424,00	5,5%
De R\$ 5.424,01 até R\$ 6.102,00	2,1%
De R\$ 6.102,01 até R\$ 6.780,00	1,4%
Acima de R\$ 6.780,00	3,9%

n = 1867

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Tabela 15 – Faixa de rendimento familiar dos servidores

	Qtde
Até R\$ 2.034,00	12,2%
De R\$ 2.034,01 até R\$ 4.068,00	34,6%
De R\$ 4.068,01 até R\$ 6.102,00	23,7%
De R\$ 6.102,01 até R\$ 8.136,00	13,4%
De R\$ 8.136,01 até R\$ 10.170,00	7,0%
De R\$ 10.170,01 até R\$ 12.204,00	4,0%
De R\$ 12.204,01 até R\$ 14.238,00	1,9%
De R\$ 14.238,01 até R\$ 16.272,00	1,0%
De R\$ 16.272,01 até R\$ 18.306,00	0,7%
De R\$ 18.306,01 até R\$ 20.340,00	0,7%
Acima de R\$ 20.340,00	0,8%

n = 1847

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Considerando o constante atendimento à população e a necessidade de interação com canais cada vez mais diversificados para o relacionamento do poder público com a sociedade, é, de modo geral, esperado que os servidores tenham algumas habilidades técnicas, sobretudo

se consideramos as inovações tecnológicas como recursos cada vez mais constantes para tanto. Verificamos que 86,5% dos servidores utilizam diariamente computadores e a internet para desempenhar as atividades da Câmara e 32,1% afirmam utilizar destes recursos em casa para realizar tarefas vinculadas a suas atividades profissionais (Tabela 16). É raro o uso profissional de *LANhouses* pelos servidores, o que corrobora os dados relativos à autossuficiência das Câmaras em relação aos recursos de informática.

Tabela 16 – Locais e frequência com que utiliza computador e internet para atividades da Câmara

	Nunca	Raramente	Algumas vezes por semana	Diariamente
Em casa	18,3%	20,9%	28,7%	32,1%
Na Câmara Municipal	2,8%	3,0%	7,8%	86,5%
Em comércio que oferece o serviço	73,4%	18,1%	3,9%	4,6%
Outro	79,2%	6,1%	4,2%	10,6%

n = 1881

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Quando questionados sobre a utilização do Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn, MySpace ou alguma outra rede social para o desenvolvimento de suas atividades na Câmara, 50% dos servidores responderam afirmativamente à questão, com distintas frequências de acesso (Tabela 17).

Tabela 17 – Frequência com que utiliza redes sociais para atividades da Câmara

Não utiliza	Raramente	Algumas vezes por semana	Diariamente
49,8%	10,0%	18,0%	22,2%

n = 1858

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

O uso constante desses recursos justifica o fato de que a maioria desses funcionários afirma não apresentar dificuldade significativa no uso dos recursos e programas tecnológicos. Os únicos recursos com os quais os servidores declararam apresentar dificuldade relativa dizem respeito ao uso de planilhas eletrônicas como o Excel e os softwares para eliminação de

vírus, sendo que em ambos os casos mais de 20% deles manifestam disposição de aprender a usar tais recursos (Tabela 18).

Tabela 18 – Habilidade em utilizar recursos e programas tecnológicos

	Não sabe utilizar	Utiliza com dificuldades	Utiliza com auxílio de terceiros	Utiliza com dificuldades ou auxílio de terceiros e gostaria de aprender	Utiliza sem dificuldade
Processadores de texto	3,1%	2,9%	2,4%	4,5%	87,1%
Planilhas eletrônicas	8,6%	8,8%	6,8%	25,8%	50,0%
Sites de busca na internet	1,9%	1,2%	110,0%	1,4%	94,4%
Programas para comunicação em tempo real	15,0%	3,2%	3,4%	8,4%	70,0%
Softwares para eliminar vírus	14,6%	6,1%	10,5%	20,3%	48,5%
E-mail	2,3%	1,1%	0,9%	1,8%	93,9%

n = 1881

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Outro dado importante levantado pela pesquisa diz respeito à existência de vínculos de parentesco entre os servidores e indivíduos que já tenham sido eleitos em cargos eletivos. O conjunto de variáveis não nos permite relacionar tais vínculos diretamente aos vereadores, tão somente verificar quantos servidores afirmaram ter parentes na carreira política, e se essa associação apresentava alguma influência no vínculo profissional com as Câmaras.

Dentre os respondentes, 464 deles afirmaram possuir algum parente que já tenha ocupado ou que ocupe cargo público eleito (26,5% dos servidores). Outros 1.288 (73,5%) disseram que não possuem familiares vinculados à vida pública. Daqueles servidores que declararam ter algum parente que ocupe ou já tenha ocupado cargos eletivos, 35,6% disseram ter ingressado nas atividades na Câmara Municipal via *cargo de confiança* e 50,9% por *concurso público*. Essa proporção é parecida com a daqueles que dizem não ter parentes eleitos para cargos eletivos: 41,3% (*cargo de confiança*) e 38,1% (*concurso público*) (Tabelas

19 e 20).

Nos dois cruzamentos, a proporção de ingressantes por cargo de confiança e de comissionados é maior entre os que afirmaram **não** possuir parentes em cargos públicos que dentre os que possuem vínculo familiar com eleitos. Essa descrição sugere – e abre questionamentos para maiores refinamentos de análise – que, apesar de alto, o familismo e as influências de parentesco não são determinantes fortes para explicar o tipo de vínculo profissional dos servidores com a Casa legislativa.

Tabela 19 – Relação entre forma de ingresso no trabalho na Câmara e possuir algum parente que já ocupou ou ocupe cargo público eleito

Como o(a) sr(a). ingressou em seu trabalho na Câmara Municipal?

		Outro	Concurso público	Processo seletivo	Seleção por empresa de recrutamento	Continuação do estágio	Indicação	Vínculo familiar	Contratação	Cargo de confiança	Total
									como prestador de serviços		
Possui parente	Sim	1,6%	50,9%	0,9%	0,2%	0,2%	6,5%	1,1%	3,0%	35,6%	100,0%
	Não	3,9%	38,1%	1,0%	0,5%	1,2%	9,5%	0,2%	4,3%	41,3%	100,0%

n = 1881

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Tabela 20 – Relação entre vínculo funcional e possuir algum parente que já ocupou ou ocupe cargo público eleito

Qual seu vínculo funcional na Câmara de Vereadores?

		Outro	Concursado(a)	Concursado(a)	Comissionado(a)	À Disposição	Contratado(a)	Terceirizado(a)	Total
				em cargo comissionado					
Possui parente	Sim	2,8%	49,8%	2,1%	36,3%	1,3%	6,8%	0,9%	100,0%
	Não	3,7%	37,0%	0,9%	45,2%	1,4%	9,9%	1,9%	100,0%

n = 1881

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

2.2.1 Perfil dos servidores: uma síntese

As características sociodemográficas do quadro de servidores respondentes à pesquisa seguem alguns padrões semelhantes aos traços da população catarinense, dentre as quais serem majoritariamente brancos (85,8%), além de semelhanças também com a população nacional, como, por exemplo, serem de maioria católica (68,7%), mais da metade deles serem mulheres (52,6%) de idade centrada entre 30 e 50 anos. Por fim, ainda que os servidores sejam em maioria casados (44%), uma proporção significativa deles é de solteiros (39,8%). Eles também apresentam taxas de escolaridade mais elevadas que a da população brasileira, com mais da metade tendo concluído o ensino superior.

Essa última característica se reflete de alguma forma sobre o vínculo profissional desses trabalhadores com as casas legislativas, posto que 42,7% adentraram as câmaras via concurso público, seguidos de 39,5% via cargo de confiança. Este último dado não apresenta associação direta entre vínculos de parentesco dos servidores com eleitos por cargos eletivos. Apenas 26,5% dos servidores afirmaram possuir parentes que já tenham sido eleitos a cargos eletivos. No entanto, tanto nesses como nos outros 73,5% sem vínculos familiares com eleitos, cerca da metade são concursados.

Os servidores do legislativo catarinense seguem uma carga horária diária padrão de aproximadamente 8 horas diárias (65,9%).

2.3 Perfil dos vereadores

2.3.1 Indicadores sociodemográficos

A adesão dos vereadores à pesquisa foi proporcionalmente menor que a dos servidores. Ainda assim, pudemos colher dados de um número bastante expressivo de Câmaras Municipais, visto que os 1054 parlamentares que colaboraram respondendo aos questionários são provenientes de 230 Casas legislativas – 78% do total. Dentre aqueles municípios com mais retorno, destacam-se Chapecó (17 vereadores), Araranguá e Tubarão (15), Itajaí (12), Camboriú, Itapiranga, Otacílio Costa, Santo Amaro da Imperatriz (11), Capão Alto, Curitiba, Fraiburgo, Morro e Rio Rufino (10).

Assim como se verificou entre os servidores, a maioria dos vereadores e vereadoras participantes da pesquisa se autodeclararam brancos (86,3%), seguidos de morenos ou pardos (11,7%) e 1% de negros ou pretos. A proporção de vereadores(as) casados(as) dentre os respondentes da pesquisa é bem maior (71,2%) que aquela observada entre os servidores,

seguidos de solteiros (9,2%) e em união estável (8,9%). Os católicos predominam fortemente entre os vereadores (84,6%), contra 8,9% de evangélicos; as demais religiões não representam, juntas, mais do que 2,5% do conjunto dos vereadores respondentes. Devido à maior representatividade de homens nos ambientes legislativos, o número de legisladores do sexo masculino que responderam à pesquisa é significativamente maior (84,3%) que o de sexo feminino (15,7%).

Os vereadores e vereadoras concentram-se numa faixa etária que vai de 31 a 64 anos, com destaque para aqueles que têm idade entre 41 e 50 anos (40,1%), padrão que corresponde àquele mais comum no cenário político, em que os representantes políticos apresentam-se mais velhos que a população de modo geral, aferidos pelo Censo de 2010 (Tabela 21). Também entre os vereadores existe uma distribuição proporcional por idade, já que há elevações até a faixa de 41 a 50 anos e posterior decréscimo nas faixas posteriores.

Tabela 21 – Idade dos vereadores

Faixa Etária	Respondentes (%)
Entre 18 e 22 anos	0,5
Entre 23 e 30 anos	5,9
Entre 31 e 40 anos	24,4
Entre 41 e 50 anos	40,1
Entre 51 e 64 anos	26,4
Acima de 64 anos	2,7

n = 1012

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Embora os níveis de escolaridade dos vereadores estejam acima da média dos cidadãos brasileiros, estão abaixo dos encontrados entre os servidores dos legislativos municipais. Enquanto entre os servidores apenas 4% têm até o fundamental completo, entre os vereadores esse percentual é de 22,7%; de outro lado, temos 53% dos servidores com nível superior completo, contra apenas 35,5% dos vereadores (Tabela 22).

Tabela 22 – Escolaridade dos vereadores

Escolaridade	Respondentes (%)
Alfabetizado	2,1
Ensino Fund. Incompleto	11,7
Ensino Fund. Completo	8,9
Ensino Médio Incompleto	6,6
Ensino Médio Completo	20,9
Ensino Técnico Incompleto	0,5
Ensino Técnico Completo	5,0
Ensino Superior Incompleto	8,8
Ensino Superior Completo	18,6
Especialização	14,3
Mestrado	2,1
Doutorado	0,5

n = 1048**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

A renda individual dos vereadores concentra-se entre R\$ 1.356,01 e R\$ 3.390 (60%) – ou seja, entre dois e cinco salários mínimos do ano de 2013 (Tabela 23). Há, no entanto, um contingente significativo (35%) de vereadores com renda superior a cinco salários mínimos.

Tabela 23 – Rendimento individual dos vereadores

Renda	Respondentes (%)
Até R\$ 678,00	0,0
De R\$ 678,00 até R\$ 1.356,00	4,6
De R\$ 1.356,01 até R\$ 2.034,00	23,6
De R\$ 2.034,01 até R\$ 2.712,00	23,4
De R\$ 2.712,01 até R\$ 3.390,00	13,4
De R\$ 3.390,01 até R\$ 4.068,00	9,4
De R\$ 4.068,01 até R\$ 4.746,00	5,3
De R\$ 4.746,01 até R\$ 5.424,00	3,7
De R\$ 5.424,01 até R\$ 6.102,00	4,4
De R\$ 6.102,01 até R\$ 6.780,00	4,3
Acima de R\$ 6.780,01	7,9

n = 1031**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Já a renda familiar (Tabela 24) se aproxima bastante do que observamos para os servidores, encontrando destaque (55% do total) para as duas faixas que, somadas, agregam rendas de R\$ 2.034,01 a R\$ 6.102,00.

Tabela 24 – Renda familiar dos vereadores

Renda	Respondentes (%)
Até R\$ 2.034,00	3,7
De R\$ 2.034,01 até R\$ 4.068,00	28,1
De R\$ 4.068,01 até R\$ 6.102,00	27,3
De R\$ 6.102,01 até R\$ 8.136,00	19,0
De R\$ 8.136,01 até R\$ 10.170,00	10,1
De R\$ 10.170,01 até R\$ 12.204,00	5,2
De R\$ 12.204,01 até R\$ 14.238,00	2,8
De R\$ 14.238,01 até R\$ 16.272,00	1,6
De R\$ 16.272,01 até R\$ 18.306,00	1,0
De R\$ 18.306,01 até R\$ 20.340,00	0,3
Acima de 20.340,01	0,9

n = 1007**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Para além das descrições desse perfil socioeconômico apresentado, é bastante importante observarmos as características profissionais dos vereadores no que se refere às ocupações que cada um tinha antes e depois de ser eleito, pois 77% deles afirmam que exercem alguma outra ocupação além do cargo de vereador.

Dentre uma lista de 27 atividades apresentadas no questionário (Apêndice 2), observamos quatro delas em destaque (Tabela 25). São elas: servidor público sem cargo de chefia; pequeno proprietário de terra; pequeno comerciante e trabalhador rural. Dentre elas, é curioso observar que o trabalho rural seja a única atividade em que percebemos um declínio de indivíduos que a exerciam antes (8,9%) e depois (4,6%) de assumir o cargo de vereador.

Tabela 25 – Principais atividades profissionais dos vereadores

Atividades	Antes (%)	Depois (%)
Servidor público (sem cargo de chefia)	15,3	17,3
Fazendeiro – peq. proprietário	10,5	10,9
Pequeno comerciante (até 10 empreg.)	8,6	9,1
Trabalhador rural (não proprietário)	8,9	4,6

n = 1044**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Diante do constante atendimento ao público e da necessidade de interação com canais cada vez mais diversificados por meio dos quais os atores públicos estabelecem relações com a sociedade, é, de modo geral, esperado que também os vereadores tenham certas habilidades técnicas, sobretudo se consideramos as inovações tecnológicas como recursos cada vez mais constantes para esse fim. Ainda que o façam com menor frequência que os servidores das casas legislativas, a maior parte dos vereadores declarou utilizar computadores e internet para o desempenho de suas atividades relacionadas à Câmara algumas vezes por semana ou

diariamente (Tabela 26). Além disso, 29,6% fazem uso dos mencionados recursos em casas comerciais (como *LANhouses*) e 33,7% em locais distintos desses citados. O uso de computador e internet entre os vereadores, mesmo para realizar atividades parlamentares, é mais frequente em casa do que nas Câmaras.

Tabela 26 – Frequência de utilização do computador e da internet para atividades parlamentares

	Nunca	Raramente	Algumas vezes por semana	Diariamente
Em casa	14,0	15,3	34,7	35,9
Na Câmara	20,0	26,1	31,5	22,4
Em casa comercial que oferece serviço	70,4	14,2	5,8	9,6
Outros	66,3	5,9	10,6	17,2

n = 1054

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Em se tratando da utilização de redes sociais, comum a políticos de destaque nacional, cerca de 40% dos vereadores que responderam ao Censo declararam não fazer uso de tais tecnologias (Tabela 27). Dentre os demais, aproximadamente 47% usam alguma rede social para o desenvolvimento de atividades de trabalho diariamente ou algumas vezes por semana.

Tabela 27 – Utilização de redes sociais com atividade parlamentar

Não utilizo	Raramente	Algumas vezes por semana	Diariamente
39,8 %	13,4%	22,8%	24%

n = 1025

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Os vereadores afirmaram não ter dificuldades com editores e processadores de textos, sites de busca na internet, programas de comunicação em tempo real e e-mails. Contudo planilhas eletrônicas e softwares para identificação e eliminação de vírus não fazem parte do repertório de conhecimento de boa parte deles (Tabela 28).

Tabela 28 - Habilidade em utilizar recursos e programas tecnológicos

	Não sabe utilizar	Utiliza com dificuldades	Utiliza com auxílio de terceiros	Utiliza com dificuldades ou auxílio de terceiros e gostaria de aprender	Utiliza sem dificuldade
Processadores de texto	16,5 %	12,3%	10,3%	9,7%	51,1%
Planilhas eletrônicas	24,4%	13,2%	13,8%	19,6%	28,9%
Sites de busca na internet	10,7%	8,6%	5,7%	7,8%	67,1%
Programas para comunicação em tempo real	30,4%	8,0%	7,5%	12,7%	41,4%
Softwares para eliminar vírus	35,8%	9,0%	11,5%	18,1%	25,7%
E-mail	12,1%	6,5%	7,6%	6,7%	67,2%

n = 1004

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

2.3.2 Trajetória política

Um dos módulos do questionário buscou averiguar certas características da carreira dos vereadores, como sua trajetória política anterior, os vínculos familiares com outros políticos com mandato eletivo, os partidos a que pertenceram, a quantidade de mandatos que já exerceram e suas expectativas políticas para o futuro.

A Tabela 29 mostra que 59% dos vereadores estavam em seu primeiro mandato. Cerca de 14% estavam em seu segundo mandato e 15%, no terceiro. Apesar de haver um conjunto de vereadores que se mantém no cargo há bastante tempo (12% já tinham completado pelo menos três mandatos antes do atual), esse conjunto constitui um percentual pequeno da população estudada. O fato de que quase 3 em cada 4 vereadores estão em seu primeiro ou segundo mandato indica uma taxa de renovação significativa dos legislativos municipais catarinenses.

Tabela 29 – Número de mandatos

Mandato	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
%	58,8	13,6	15,4	5,9	3,8	1,4	1,1

n = 1144

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Do conjunto de vereadores que responderam ao questionário, cerca de 54% não ocupavam nenhum cargo na Mesa Diretora da Câmara Municipal (ou em comissões). Dos

demais, 22% estavam na Presidência (13%) ou na Vice-Presidência (9%), enquanto 21,5% ocupavam alguma Secretaria (Tabela 30).

Tabela 30 – Cargos ocupados na Mesa Diretora da Câmara Municipal

Cargo	Nº	%
Presidente	129	13,3
Vice-Presidente	85	8,7
1º Secretário	118	12,1
Outras Secretarias	91	9,4
Outros (tesouraria, comissões)	28	2,9
Não ocupa cargos	520	53,6

n = 1031

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A Tabela 31 mostra a distribuição dos vereadores respondentes, segundo o partido a que pertenciam (em 2014) e o partido pelo qual foram eleitos (em 2012). Do conjunto, 29% pertenciam ao PMDB, 18% ao PP, 17% ao PSD, 11% ao PT e 10% ao PSDB. DEM, PPS e PDT representavam entre 2,6% e 2,8% da amostra, enquanto todos os demais partidos representavam um percentual menor do que 2%. Talvez devido ao pequeno período de tempo transcorrido entre as eleições de 2012 e a aplicação dos questionários, a migração partidária foi baixa (menos de 2%).

Tabela 31 – Partido pelo qual o vereador foi eleito e partido atual

Partido	Partido pelo qual foi eleito	Partido atual	Varição (Num.)
PMDB	295 (29,7%)	288 (28,8%)	- 7
PP	175 (17,6%)	177 (17,7%)	+ 2
PSD	165 (16,6%)	166 (16,6%)	+1
PT	108 (10,9%)	109 (10,9%)	+1
PSDB	103 (10,4%)	103 (10,4%)	0
DEM	30 (3,0%)	26 (2,6%)	- 4
PPS	28 (2,8%)	28 (2,9%)	0
PDT	25 (2,5%)	26 (2,6%)	+1
PR	18 (1,9%)	16 (1,9%)	- 2
PTB	16 (1,6%)	16 (1,6%)	0
PSB	9 (0,9%)	9 (0,9%)	0
Outros	21 (2,1%)	31 (3,1%)	+10

n = 1054

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Embora a taxa de migração partidária ao longo do atual mandato tenha sido muito baixa, uma porcentagem alta dos vereadores (44%) informou já ter pertencido a outro partido

em algum momento de sua vida política (Tabela 32). Os partidos que mais sofreram com essa migração (em termos absolutos) foram PMDB (96 vereadores), DEM (94), PP (81), PSDB (60), PDT (36) e PT (31). Pelo menos duas ressalvas devem ser feitas, porém: em primeiro lugar, muitos desses vereadores podem ter mudado de partido antes de exercerem cargo eletivo; além disso, para avaliar o efetivo prejuízo aos partidos causados pela migração de seus membros para outros partidos precisaríamos considerar o tamanho dos partidos. O fato de 18 dos vereadores entrevistados já não serem mais filiados ao PPS (um partido relativamente pequeno no Estado) pode ter representado um prejuízo maior ao partido do que a saída de 96 (atuais) vereadores pode ter representado para o PMDB.

Um estudo do fenômeno da migração partidária e de seus impactos precisaria aprofundar mais a análise dos dados da pesquisa, confrontando-os ainda com informações sobre o tamanho dos partidos ao longo do tempo (medido, por exemplo, pelo número de vereadores eleitos em várias disputas) e sobre a história recente das siglas (a criação do PSD, com apoio de importantes lideranças de Santa Catarina, provavelmente explica a elevada migração do DEM).

Tabela 32 – Migrações partidárias anteriores*

Partido ao qual pertenceu antes	Nº
PMDB	96
PP	81
PSD	7
PT	31
PSDB	60
DEM	94
PPS	18
PDT	36
PR	8
PTB	12
PSB	5

*** O número de migrações é superior ao número de vereadores, uma vez que alguns vereadores já pertenceram a mais de um partido. Há outros partidos, além dos mencionados na tabela, para os quais houve migrações, porém em menor número. 524 vereadores indicaram nunca ter pertencido a outro partido.**

n = 466

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Pouco mais de 35% dos vereadores já haviam exercido um cargo eletivo anteriormente (alguns deles, mais de um). A quase totalidade (337) dos que já exerceram algum mandato

anterior o fizeram também como vereadores. Sete já exerceram o cargo de prefeito e dez, de vice-prefeito (Tabela 33).

Tabela 33 – Cargos eletivos anteriores*

Cargo eletivo anterior	Nº
Vereador	337
Prefeito	7
Vice-prefeito	10

*** O número total de cargos ocupados é distinto do de respondentes pelo fato de alguns já terem ocupado mais de um cargo eletivo anteriormente.**

n = 347

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Informaram ter ocupado algum cargo público não eletivo anteriormente ao atual mandato 38% dos vereadores (Tabela 34). O cargo mais frequente foi o de Secretário Municipal: 11,4% dos vereadores já ocuparam este cargo. As Secretarias mais mencionadas foram: Saúde, Educação e Agricultura, seguidas por Secretarias de Obras, Administração, Cultura, Esporte e Turismo, além de várias outras, menos citadas. Um segundo caminho importante para chegar a ser vereador é ocupar cargos de direção ou gerência no Executivo municipal: direção de Secretarias Municipais – as mesmas acima – e chefia de gabinete são os cargos mais mencionados. Cerca de 10% dos vereadores já passaram por esse tipo de cargo. Bem abaixo na frequência de menções vêm os de funcionários públicos sem cargo de direção (3,1%), diretor de escola, assessor parlamentar e diretor de Secretarias Regionais de Desenvolvimento (1% ou pouco mais, cada um desses três últimos). Um pouco menos cotados são outros cargos, como professor, cargos de direção no Executivo estadual, motoristas etc.

Tabela 34 – Principais cargos não eletivos anteriormente ocupados*

Cargo não eletivo anterior	Nº
Secretários municipais	109
Cargos de direção no Executivo municipal	92
Outros funcionários públicos sem cargo de direção	30
Diretor de escola	12
Assessor parlamentar	12
Diretor ou gerente de Sec. Reg. Desenvolvimento	10

*** O número total de cargos ocupados é distinto do de respondentes pelo fato de alguns já terem ocupado mais de um cargo não eletivo anteriormente, bem como porque outros cargos foram mencionados, porém obtiveram inexpressivos percentuais de recorrência.**

n = 956

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Têm ou já tiveram algum parente exercendo algum tipo de mandato eletivo 45% dos vereadores (Tabela 35): 15% indicaram primos, 10,5% afirmaram que o pai ou a mãe já exerceram algum cargo eletivo e um percentual menor indicou um irmão ou uma irmã. A seguir vêm os cunhados, com 5,7%. Um fato notável é o pequeno percentual de cônjuges com cargos eletivos – o que pode ter ocorrido por essa opção de resposta não existir originalmente no questionário: ela foi tabulada a partir de respostas detalhadas à opção “Outro”.

Tabela 35 – Parentes com cargo eletivo*

Parentes com cargo eletivo	Nº
Pai/mãe	102
Marido/mulher**	17
Primo/a	146
Filho/a	8
Irmão/irmã	103
Cunhado/a	56
Padrinho/madrinha	19
Outros	28

*** O número total de parentes que exercem ou exerceram cargos eletivos é distinto do de respondentes pelo fato de alguns possuírem mais de um parente em tal situação.**

**** 11 respostas “marido”, 4 para “esposa” e 2 para “cônjuge”.**

n = 441

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Dos 983 vereadores que responderam à questão, 34% têm familiares que exercem ou já exerceram o cargo de vereador; 11% têm na família um prefeito ou ex-prefeito e 3% um

vice-prefeito (ou ex-vice-prefeito). Apenas nove vereadores apontaram um (ex-)deputado, dois um (ex-)deputado federal e dois um (ex-)governador. Ter parentes que exercem ou já exerceram algum cargo eletivo municipal parece ser um caminho importante para alcançar uma cadeira de vereador (Tabela 36).

Tabela 36 – Cargos ocupados por parentes*

Cargo ocupado por parente	Nº
Vereador	334
Prefeito	107
Vice-prefeito	29
Deputado estadual	9
Deputado federal	2
Governador	2

*** O número total de cargos ocupados é distinto do de respondentes pelo fato de alguns terem ocupado mais de um cargo ou possuírem mais de um parente em tal situação. A questão não permitiu distinguir se quem ocupou diferentes cargos foi o mesmo parente ou mais de uma pessoa.**

n = 983

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Uma parcela significativa dos vereadores (46%) exerce algum cargo na direção do partido a que é filiado (Tabela 37). Quase todos em cargos nos diretórios municipais (ou equivalentes): 14% como presidentes, 9% como vice-presidentes, 5% como secretários e 12,5% em outros cargos. Apenas uma parcela muito pequena ocupa cargos nos diretórios estaduais (1,6%) ou no diretório nacional (0,7%).

Tabela 37 – Cargo atual na direção do partido ocupado pelo vereador

Cargo atual na direção do partido	%
Presidente de diretório municipal (ou equivalente)	13,8
Vice-presidente de diretório municipal (ou equivalente)	9,0
Secretário de diretório municipal (ou equivalente)	4,7
Tesoureiro de diretório municipal (ou equivalente)	2,6
Outro cargo em diretório municipal (ou equivalente)	12,5
Cargos em diretório estadual	1,6
Cargos em diretório nacional	0,7
Não informou cargo	0,7
Não ocupa	54,4

n = 973

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Pouco menos de um terço dos vereadores informou já ter ocupado (no partido atual ou em outro ao qual foi filiado anteriormente) algum cargo de direção partidária antes de assumir o atual mandato (Tabela 38). Foram presidentes de diretório municipal 13% deles, 7% foram vice-presidentes, secretários ou tesoureiros em diretórios (ou comissões provisórias) municipais e outros 3% mencionaram ter ocupado cargos no diretório municipal, sem especificar qual. Poucos citaram participação em diretórios estaduais ou nacional; pouco mais de 2% mencionam outros papéis no âmbito do partido (vogal, conselheiro, delegado, presidente da Juventude do partido etc.). Ter participado de cargo de direção partidária não parece ser um requisito necessário para alcançar uma cadeira de vereador, já que a grande maioria não relata essa experiência. Mas, para uma parcela significativa, parece ser um dos caminhos possíveis.

Tabela 38 – Cargo anterior na direção do partido ocupado pelo vereador

Cargo anterior na direção do partido	Nº	%*
Presidente de diretório municipal (ou equivalente)	125	13,1
Vice-presidente de diretório municipal (ou equivalente)	28	2,9
Secretário de diretório municipal (ou equivalente)	45	4,7
Tesoureiro de diretório municipal (ou equivalente)	12	1,3
Cargo em diretório municipal (sem especificar cargo)	28	2,9
Cargos em diretório/executiva estadual	7	0,7
Outros (vogal, conselheiro, delegado, presidente da Juventude do partido)	22	2,3
Não detalhou cargo	36	3,8
Sem cargo anterior	653	68,3

n = 956

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Quase 90% dos vereadores costumam participar de todas ou da maior parte das reuniões da instância municipal do partido (Tabela 39). Esse grau de participação é bem menor nas reuniões do diretório estadual: apenas 17% participam de todas ou da maior parte dessas reuniões. Um percentual significativo (41%), porém, participa de algumas delas. Em relação às reuniões do diretório nacional apenas 3,4% têm alta participação; 10% comparecem a algumas reuniões e os restantes 87% participam raramente ou não participam.

Tabela 39 – Participação em reuniões do partido

Frequência com que participa de reuniões partidárias	Instância municipal	Instância estadual	Instância federal
Participa de todas as reuniões	62,6%	4,4%	1,3%
Participa da maior parte das reuniões	26,3%	12,7%	2,1%
Participa de algumas reuniões	8,6%	41,2%	9,8%
Raramente participa	1,5%	25,4%	21,9%
Não costuma frequentar reuniões do partido	0,9%	16,2%	65%

n = 974; 841; 800**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Quanto ao futuro político, no momento da aplicação dos questionários apenas uma pequena parcela (4%) pretendia se candidatar a algum cargo nas eleições de 2014 – sendo 2,5% a deputado estadual e 0,7% a deputado federal, havendo ainda cinco vereadores que indicaram intenção de concorrer a presidente ou vice-presidente da República. Não pretendiam concorrer 86% e pouco menos de 10% não sabiam ainda se iriam concorrer (Tabela 40). Mas mais da metade pretendia concorrer nas eleições municipais de 2016: 30,5% à reeleição para a Câmara Municipal e 21,8% para prefeito ou vice-prefeito. Pouco mais de um terço dizia não saber ainda se iria ou não concorrer em 2016; 13% admitiam não pretender disputar aquela eleição.

Tabela 40 – Intenção de concorrer a cargos (%)

Cargo pretendido	2014	2016
Deputado estadual	2,7%	----
Deputado federal	0,7%	----
Presidente ou vice	0,5%	----
Vereador	----	30,5%
Prefeito ou vice	----	21,8%
Não pretendia concorrer	86,4%	13%
Não sabia se iria concorrer	9,7%	34,7%

n = 950; 978**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Algumas perguntas foram feitas visando verificar a importância da contribuição dos partidos (em termos dos recursos financeiros, material de campanha etc.) nas campanhas dos vereadores. Pouco menos da metade dos parlamentares afirmava que o partido teve pouca ou nenhuma importância, enquanto 28% indicavam “alguma importância” e 24% “muita importância” (Tabela 41).

Tabela 41 – Importância do partido na campanha dos vereadores (%)

Grau de importância do partido na campanha	%
Nenhuma importância	16,6
Pouca importância	31,4
Alguma importância	28,1
Muita importância	23,9

n = 980

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A Tabela 42 apresenta dados que complementam a avaliação relativa ao tipo de apoio dos partidos aos vereadores, durante suas campanhas. Esse apoio se dá principalmente através do fornecimento de material de campanha (72% dos vereadores); a seguir são mencionados: espaço no horário eleitoral (30%), militância (19%), apoio de parlamentares ou lideranças partidárias (16%) e apoio financeiro (10%)

Tabela 42 – Tipo de apoio dado pelo partido à campanha dos vereadores*

Tipo de apoio dado pelo partido à campanha	%
Financeiro	10,1
Material de campanha (panfletos, santinhos, cartazes etc.)	72,3
Espaço no horário eleitoral	30,0
Militância	19,4
Produção do programa de TV	4,4
De parlamentares ou lideranças do partido	16,4
Outro	4,9

*** Percentual de respostas afirmativas a cada tipo de apoio.**

n = 1054

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

2.3.3 Representação política e papel do vereador

Um conjunto de questões trata do papel dos vereadores como representantes, buscando compreender como percebem seu próprio papel e seu relacionamento com partidos, grupos organizados e eleitores. Vemos na Tabela 43 que 46% dos vereadores informaram que as solicitações feitas pelos eleitores são predominantemente de ordem pessoal; 32% dos vereadores indicaram que as solicitações eram mais de caráter coletivo e 22% afirmaram que as reivindicações de caráter pessoal e coletivo têm peso igual. Quanto ao tipo de atenção dada pelos vereadores a essas solicitações, porém, 43% deles afirmam prestar um atendimento de natureza mais coletiva, contra 26% que admitem prestar atendimento predominantemente pessoal (e 32% informam prestar igualmente os dois tipos de atendimento).

Tabela 43 – Tipos de solicitações e de atendimento aos eleitores

Tipo de solicitações dos eleitores	(%)	Atendimento prestado pelos vereadores	(%)
Maioria pessoal	46,4	Maioria pessoal	25,9
Igual	21,7	Igual	31,5
Maioria coletivo	31,9	Maioria coletivo	42,6

n = 976; 977**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

A grande maioria dos entrevistados (83%) avalia que um vereador deve votar de acordo com o que acredita, contra 10% que afirmam que um vereador deveria votar como o partido indica (Tabela 44).

Tabela 44 – Opinião sobre como, na atividade parlamentar em geral, um vereador deve votar

Como deve votar o vereador	%
De acordo com o que acredita	83,2
Como o partido indica	10,4
Outras respostas	6,4

n = 990**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Quando a opção é entre seguir sua própria opinião ou a de seus eleitores (Tabela 45): também a maioria (67%) prefere agir de acordo com o que acredita, contra 19% que dizem que o melhor seria seguir a opinião de seus eleitores. Uma parcela de 13% deu outros tipos de resposta, como “debateria com os eleitores”, “tentaria convencer os eleitores de que minha opinião é correta”, “tentaria chegar a uma solução melhor para todos”, “votaria de acordo com os eleitores se fosse convencido por eles”, “consultaria outras pessoas do partido”, “depende da situação” etc.

Tabela 45 – Como o vereador se comportaria diante da exigência de eleitores de apoio a um projeto ao qual pessoalmente se opõe

O que deve fazer o vereador	%
Fazer o que acredita	67,3
Fazer o que os eleitores querem	19,2
Outras respostas	13,5

n = 983**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Quanto ao principal papel de um vereador, a maioria (51%) afirmou que deve ser o de

fiscalizar as ações do poder Executivo (prefeito e secretários); 23% mencionaram a elaboração de leis municipais (válidas para o conjunto da cidade); 11% indicaram que seria conseguir recursos para obras e serviços nos bairros de seus eleitores; 3% acreditavam que seu principal papel deve ser o de ajudar diretamente seus eleitores quando eles necessitarem (Tabela 46). Por fim, 12% deram outros tipos de respostas, em geral apontando duas ou mais das opções mencionadas acima (especialmente a fiscalização das ações do Executivo e a elaboração de leis municipais). Esses dados parecem indicar que os vereadores avaliam que sua capacidade de produzir legislação relevante em âmbito municipal é relativamente baixa, sendo mais importante fiscalizar as ações do Executivo, que parece ser percebido como o ator central das políticas públicas no município. Essa conclusão é coerente com a constatação, no capítulo anterior, de que provêm do Executivo mais de dois terços dos projetos de lei apreciados pelas Câmaras de Santa Catarina.¹¹

Tabela 46 – Principal papel de um vereador

Qual deve ser o principal papel do vereador	%
Fiscalizar as ações do poder Executivo	51,3
Elaborar leis municipais válidas para o conjunto dos cidadãos	22,6
Conseguir recursos para obras e serviços nos bairros de seu eleitorado	11,1
Auxiliar diretamente seus eleitores quando eles necessitarem	2,6
Outro tipo de ação	12,4

n = 983

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Perguntados se já encaminharam ou pretendiam encaminhar alguma emenda ao orçamento do município beneficiando algum bairro, grupo ou associação, cerca de dois terços dos vereadores responderam que sim (Tabela 47). A maior parte (46%) informou que beneficiou ou pretendia beneficiar algum bairro com suas emendas; 39% indicavam alguma associação comunitária; 19% uma entidade filantrópica (não religiosa), 12% um movimento social e 10% uma associação religiosa.

¹¹ Vários estudos indicam forte prevalência do Executivo na produção dos Legislativos no Brasil, nos diversos níveis de governo. Estudos complementares são necessários para melhor avaliar a natureza das proposições originadas dos Legislativos municipais catarinenses, assim como para analisar os tipos de proposições apresentadas, votadas, aprovadas ou rejeitadas pelos p2.3.5lenários.

Tabela 47 – Emendas ao orçamento visando beneficiar bairro ou associação comunitária*

Tipo de grupo ou organização beneficiada	%
Bairro	45,6
Associação comunitária	39,1
Associação religiosa	10,4
Entidade filantrópica não religiosa	19,1
Movimento social	12,1
Outros grupos	2,0
Nenhum grupo específico	5,0

*** Os vereadores poderiam indicar mais de um tipo de beneficiário.**

n = 1054

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Os vereadores, em sua quase totalidade (99,5%), entendem que devem representar os interesses do conjunto da sociedade e não os de um grupo (ou grupos) específico(s). Apenas 0,5% pensam dessa forma (Tabela 48). Quando se trata de situar a própria atuação, no entanto, os vereadores indicam uma situação mais variada: 43% dizem representar igualmente interesses de grupos e da sociedade em geral; 30% dizem representar preponderantemente os interesses da sociedade; 23%, apenas os interesses da sociedade; 3,2% dizem representar preponderantemente interesses de grupo e 0,5%, apenas interesses de grupos específicos (Tabela 49).¹²

Tabela 48 – Quais interesses um vereador deve representar?

Quais interesses um vereador deve representar?	%
Da sociedade em geral	99,5%
De um grupo ou grupos específicos	0,5%

n = 967

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

¹² A maior diversidade das respostas na Tabela 48 se deve, em parte, a que havia maior número de opções de resposta na pergunta que deu origem à tabela, enquanto na pergunta anterior havia apenas as duas opções mostradas na Tabela 47.

Tabela 49 – No seu caso, o(a) sr(a). diria que representa?

No seu caso, o(a) sr(a). diria que representa?	%
Apenas interesses da sociedade em geral	23,2
Majoritariamente, interesses da sociedade em geral	29,7
Igualmente interesses de grupos e da sociedade em geral	43,4
Majoritariamente, interesses de grupos	3,2
Apenas interesses de grupos específicos	0,5

n = 963**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Em resposta à pergunta “Caso represente o(s) interesse(s) de algum(ns) grupo(s) específico(s), poderia informar qual(is)?”, dos 130 vereadores que indicaram algum grupo, as menções mais frequentes foram a agricultores, associações de bairro (ou de moradores), associações desportivas, entidades filantrópicas, grupos de jovens, mães e de terceira idade.

Sobre os canais de comunicação utilizados pelos vereadores para se comunicar com seus eleitores, prestando conta de suas ações, apenas 45% dos vereadores afirmaram recorrer a algum canal (Tabela 50). Os instrumentos mais utilizados são as entrevistas aos meios de comunicação (26%), reuniões abertas à população (23%) e boletins impressos ou divulgados em redes sociais. Outros meios mencionados foram as conversas diretas com os eleitores (incluindo visitas domiciliares), uso de ferramentas virtuais (blogs, redes sociais, e-mails) e rádio e jornal impresso.

Tabela 50 – Utilização de canais de comunicação para prestação de contas aos eleitores*

Tipo de canal de comunicação utilizado	Nº	% sobre respondentes	% sobre total (1054)
Reuniões abertas à população	241	51,1	22,9
Boletins impressos e/ou divulgados em redes sociais	205	43,4	19,4
Entrevistas à mídia	271	57,4	25,7
Outros	86	18,2	8,2
Total*	472	100	44,8

*** O total é distinto da soma das linhas porque alguns vereadores indicaram mais de um tipo de canal de comunicação.**

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

2.3.4 Opiniões políticas

Um módulo importante do questionário foi dedicado a captar as opiniões políticas dos vereadores. Considerando que a manifestação de apoio à democracia pelos indivíduos é múltipla, buscamos identificar o quanto os vereadores demonstram adesão ao regime por meio

de questões de natureza normativa e avaliativa. Em termos normativos, buscamos verificar em que medida o apoio exposto pelos entrevistados consiste num reservatório de atitudes favoráveis ao regime, capaz de auxiliá-los na aceitação ou tolerância a ações às quais se oponham ou aos efeitos que eles vejam como prejudiciais aos seus desejos. Nesse sentido, a medida do apoio normativo à democracia incluída em nosso questionário tratava de três afirmações sobre as quais os indivíduos manifestariam sua preferência no que se refere ao regime político.

A Tabela 51 mostra os dados referentes a um primeiro tema, relativo ao grau de preferência dos vereadores pelo regime democrático. Como se vê, 93% dos entrevistados declararam que a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo, contra 6,6% que acreditam que em certas situações uma ditadura é melhor do que um regime democrático e 0,5% que afirmam que tanto faz se um governo é uma democracia ou uma ditadura.

Tabela 51 – Regime político preferido

Com qual das afirmações concorda?	%
A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	92,9
Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura	0,5
Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático	6,6

n = 954

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

O resultado aponta que a ampla maioria dos vereadores considera a democracia como melhor do que qualquer outra regime político, ainda que essa apresente problemas. O expressivo percentual exposto na tabela acima é superior àquele manifestado pela população brasileira.¹³

Como é possível inferir que a democracia é considerada a melhor forma de governo pelos entrevistados, buscamos entender a que tipo de democracia tais indivíduos aderem, mais especificamente em se tratando do conteúdo do regime. Nesse sentido, nos interessava identificar o posicionamento do grupo em relação à dimensão participativa dessa forma de governo, sobretudo focalizando algumas inovações institucionais relevantes no cenário

¹³ Conforme dados coletados pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) entre amostra representativa da população brasileira, 65% preferem a democracia a qualquer outra forma de governo, ao passo que para 14,9% tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura e 20,1% entendem que em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível à democracia.

nacional recente. Tal preocupação se justifica em virtude de que, encerrada a discussão sobre o sufrágio universal e, posteriormente, superado o período da ditadura militar, o engajamento político dos indivíduos comuns no sistema democrático brasileiro foi alçado a outro patamar: a participação para além da escolha de representantes. Dentre outras ferramentas, tal revigoração se deu pela implementação de Orçamentos Participativos (OPs) e conselhos gestores de políticas públicas. Diante de tais inovações democráticas e ainda da possibilidade de realização de plebiscitos, utilizamos uma escala crescente de 10 pontos, em que 1 corresponde a “discordo totalmente” e 10 “concordo totalmente”, a fim de verificar em que medida os vereadores catarinenses concordam com algumas afirmações referentes a formas de participação política num regime democrático.

A Tabela 52 mostra que, como seria de esperar, as maiores taxas de concordância são com a frase que afirma que só há democracia se houver participação pelo voto: 50,5% concordam totalmente; somando os percentuais dos que responderam 8, 9 ou 10 (mais altos valores da escala de concordância com a frase), temos 70%. Ainda assim, deve-se destacar que 17% situaram-se na parte inferior da escala (1 a 5), ou seja, discordando mais do que concordando com essa afirmação. Se tomarmos essa última medida (porcentagem dos que assinalaram valores de 1 a 5 na escala), as maiores taxas de discordância (em maior ou menor grau) ocorrem em relação à caracterização de um regime como democrático apenas se houver participação por conselhos gestores (44,8%), seguido por participação em plebiscitos (44,5%) e orçamentos participativos (30%).

Tabela 52 – Condições para considerar um regime como democrático (%)

	Só há democracia se houver participação...				
	Pelo voto	Por plebiscitos	Por conselhos gestores	Por orçamentos participativos	Participação direta dos cidadãos em todas as decisões políticas
1 (Discordo totalmente)	4,3	12,2	14,5	9,3	5,1
2	1,9	4,6	3,6	2,3	1,1
3	1,0	4,3	4,6	2,5	1,7
4	1,7	5,9	5,5	3,0	2,2
5	7,9	17,6	16,6	12,9	10,4
6	4,4	7,4	9,9	8,0	7,1
7	8,4	9,9	11,2	11,0	8,5
8	9,5	12,2	11,3	12,7	12,2
9	10,3	5,9	7,6	10,5	11,5
10 (Concordo Totalmente)	50,5	20,1	15,2	27,8	40,2

n = 882; 768; 759; 773; 820**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Na média, prevalece a preferência pelo voto enquanto instrumento democrático, contudo isso não se constitui em negação às demais formas de participação, de modo que para os entrevistados ambas podem coexistir no sistema político democrático; ou seja, os dados demonstram que representação e participação não são formas alternativas de democracia, mas correlatas de ação política na democracia. Há que se considerar ainda as dificuldades inerentes à participação dos atores civis em conselhos gestores e OPs, por exemplo, prejudicada, dentre outros fatores, pelos custos imputados à participação, a linguagem técnica utilizada em tais espaços e a dificuldade de implementação das decisões deliberadas nas reuniões, o que pode, por um lado, afastar a população de tais instâncias participativas e, por outro, contribuir negativamente para a percepção dos vereadores sobre a eficácia desses instrumentos.

Um dado de certa forma surpreendente é o relativamente elevado grau de concordância com a frase que diz que só há democracia se houver participação direta dos cidadãos em todas as decisões políticas: 64% dos vereadores se posicionaram nos valores mais altos da escala (8 a 10). Apenas 20,5% mostraram mais discordância (pontos 1 a 5 da escala) do que concordância (6 a 10). É surpreendente porque isso corresponde a uma ideia de democracia direta que não é praticada em país nenhum, já que todas as democracias

contemporâneas são representativas, em que a grande maioria das decisões que afetam toda a comunidade política são tomadas por representantes eleitos e não diretamente pelos cidadãos (com exceção de plebiscitos, referendos ou outras formas de ação mais direta dos cidadãos). Além disso, essa resposta não parece estar em consonância com as respostas relativas a outra questão que será analisada mais à frente, em que uma parcela considerável dos vereadores concorda com a frase de que a política, por ser uma atividade complexa, deve ser deixada aos líderes políticos.

Perguntados sobre em que medida acreditam poder influenciar na política (uma medida tradicional de eficácia política subjetiva dos atores políticos), a maioria dos vereadores avalia que tem grande influência: 58% se situam nos pontos mais altos da escala; considerando todos os que se colocaram na segunda metade da escala (6 a 10), são 87% (Tabela 53). Há, porém, 13% que consideram ter baixa influência sobre a política (pontos 1 a 5 da escala).

Tabela 53 – Percepção dos vereadores sobre o grau de sua influência na política

Grau de influência na política	%
1 (Pouca influência)	0,9
2	1,3
3	0,6
4	1,8
5	8,0
6	7,6
7	21,6
8	30,5
9	12,2
10 (Muita influência)	15,5

n = 853

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Já o apoio avaliativo à democracia consiste no relacionamento dos indivíduos com o regime em termos de satisfação quanto aos resultados percebidos e ao desempenho das autoridades políticas. Nesses termos, os resultados referentes a essa segunda dimensão de adesão ao regime tratam da confiança que os vereadores atribuem às instituições democráticas. Assumimos, nessa avaliação, que níveis elevados de desconfiança constituiriam indicadores de risco à democracia, que ainda se encontra em processo de fortalecimento e consolidação no Brasil.

Nesta pesquisa, os vereadores foram questionados primeiramente quanto à confiança interpessoal, ou seja, se confiam ou não em outras pessoas. O percentual de respostas

positivas à afirmação de que a maioria das pessoas é de confiança foi de 18,2%, o que indica reduzido sentimento positivo dos vereadores para com seus concidadãos. A maior parte deles declarou que é preciso ser muito cuidadoso com os outros, sendo que 81,8% afirmaram não confiar na maioria das pessoas (Tabela 54).

Tabela 54 – Grau de confiança interpessoal (%)

A maioria das pessoas é de confiança	18,2
É preciso ser muito cuidadoso.	81,8

n = 937

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Quanto à confiança em organizações e instituições, a Tabela 55 revela que a maioria dos vereadores diz confiar em parte ou totalmente em todas as organizações ou instituições listadas, com exceção da televisão. Em relação a essa última, 49,5% confiam (em parte ou totalmente), contra 50,5% que não confiam. Para as demais, o percentual dos que confiam (em parte ou totalmente) varia de 55,5% (Congresso Nacional) a 86,5% (Câmara de Vereadores). O grau de desconfiança (tomado como a soma de “confia pouco” e “não confia”), porém, é significativo em relação a várias instituições ou organizações. Além da televisão (50,5%) e do Congresso Nacional (44,5%), destacam-se a imprensa (41,7%), os partidos políticos (38,8%) e o governo estadual (33,6%). Entre as mais confiáveis (na percepção dos vereadores) estão, além da Câmara de Vereadores, a polícia (78,8%) e o sistema judiciário (76,9%).

Tabela 55 – Confiança em organizações e instituições (%)

Organização/Instituição	Não confia	Confia pouco	Confia em parte	Confia totalmente
Sindicatos	8,5	22,9	57,2	11,4
Polícia	3,6	17,5	64,6	14,2
Sistema Judiciário	4,7	18,3	61,9	15,0
Governo Federal	11,0	29,4	51,4	8,2
Governo Estadual	7,4	26,2	58,0	8,4
Governo Municipal	8,1	18,9	52,0	20,9
Congresso Nacional	10,8	33,6	50,5	5,0
Assembleia Legislativa Estadual	3,9	24,3	63,1	8,7
Câmara de Vereadores	2,2	11,4	61,1	25,4
Entidades sem fins lucrativos (ONGs, OSCIPs, Terceiro Setor)	9,8	21,0	58,4	10,8
Movimentos sociais	8,7	23,7	56,9	10,7
Televisão	14,4	36,1	46,5	3,0
Imprensa	8,0	33,7	56,2	2,1
Partidos políticos	9,4	29,4	56,1	5,2

n = 920; 913; 906; 904; 908; 908; 895; 897; 914; 892; 897; 895; 895; 860

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Detalhando um pouco mais a análise, constata-se que, diferentemente dos resultados verificados entre a população nacional, os vereadores catarinenses se mostram confiantes nas instituições relacionadas. De modo geral, parcelas majoritárias dos entrevistados declararam confiar em parte em todos os atores/organizações listados. Em primeiro lugar, a polícia é a instituição em que os vereadores mais confiam (parcial ou totalmente), cujo percentual agregado foi de 80,6% das respostas. Além da polícia, apenas o Sistema Judiciário e a Câmara de Vereadores atingiram somatórios superiores a três quartos de respostas positivas nessa bateria. Em segundo lugar, os entes do Executivo e do Legislativo no âmbito federal gozam de menor confiança por parte dos vereadores (destacam-se com os maiores percentuais de “não confia”, na primeira coluna de resultados), o que coaduna com resultados verificados entre os brasileiros em geral no sentido de que, quanto mais afastado no campo em que o indivíduo circula e ao qual tem acesso, menor a chance de que a ação política seja percebida pela maioria, o que parece ser replicado entre os vereadores, cuja atuação política ocorre no nível local e as interlocuções são, majoritariamente, com atores e instituições estaduais. Em terceiro lugar, cerca de 39% dos vereadores declararam não confiar nos partidos políticos, o que pode ser indicativo de que a avaliação do funcionamento de tais instituições opere de modo problemático nos municípios catarinenses, uma vez que a distribuição percentual verificada na tabela acima é replicada, em alguma medida, quando nos reportamos às

legendas individualmente. Por fim, destacamos a televisão como único ator/instituição na qual a maioria dos vereadores declarou não confiar ou confiar pouco (50,5%, agregados). Esse veículo e a imprensa são aqueles que gozam de menores índices de confiança total dos entrevistados – os quais em geral são fontes da cobertura jornalística desses veículos.

Os termos “esquerda” e direita” são muitas vezes utilizados pelos meios de comunicação, pelos atores políticos mais centrais ou por uma parcela dos cidadãos, como uma forma de mapeamento do campo político, ou seja, como um meio de dar alguma inteligibilidade a um processo político que pode parecer caótico a uma parcela significativa da população. As pesquisas feitas com o eleitorado brasileiro têm mostrado que o uso dessa terminologia para entender os posicionamentos de partidos e políticos faz sentido especialmente para o eleitorado de maior escolaridade, decrescendo com a escolaridade o percentual de eleitores que compreende essas noções, ou consegue se situar ou situar partidos e lideranças importantes numa escala esquerda-direita. Pesquisas feitas com parlamentares (no Congresso Nacional ou em Assembleias Estaduais) têm mostrado que nesse público uma grande parcela parece compreender o significado mais comumente atribuído a esses termos, situando os partidos numa escala esquerda-direita de forma semelhante à que os estudiosos costumam fazer.

A pesquisa feita com os vereadores catarinenses introduziu algumas das questões tradicionalmente usadas com eleitores e outros parlamentares, de forma a verificar seu próprio posicionamento e a forma como situam os diferentes partidos, do ponto de vista ideológico. A Tabela 56 traz os dados referentes ao autoposicionamento dos vereadores numa escala esquerda-direita, em que o ponto 1 da escala indica o posicionamento mais à esquerda possível e o ponto 10, o posicionamento mais à direita possível. Uma primeira informação a destacar é que 37 vereadores (3,5% dos entrevistados) disseram não saber se situar na escala e outros 282 (26,8%) não responderam. Assim, os dados analisados na tabela referem-se apenas aos cerca de 70% que se posicionaram na escala. Se tomássemos os pontos 1 e 2 como indicando posição de esquerda; 3 e 4 como sendo de centro-esquerda; 5 e 6 como sendo de centro; 7 e 8 como centro-direita e 9 e 10 como de direita, os vereadores catarinenses situam-se predominantemente ao centro do espectro ideológico (32,1%), na centro-direita (22,7%) e na direita (19%). Parcelas menores situam-se na esquerda (12,1%) e na centro-esquerda (9,5%). Esse perfil destoa de dados de pesquisas realizadas com membros do Congresso Nacional (em especial da Câmara Federal), em que há um predomínio de posicionamento na centro-esquerda e ao centro. Alguns estudos chegam a dizer que os parlamentares brasileiros temem indicar um posicionamento à direita, talvez porque esse posicionamento ainda seja

associado por parte da população com o regime militar que vigorou entre as décadas de 1960 e 1980. Esse autopoicionamento mais à direita por parte dos vereadores pode indicar que as coisas estejam mudando, já que as pesquisas com parlamentares em âmbito nacional foram feitas em momentos anteriores, em que não havia tantas críticas à parte da esquerda brasileira (o que vem ocorrendo especialmente desde 2013). É possível também que, em parte, esse posicionamento se deva a que uma parcela dos que se posicionaram mais à direita na escala não tenha uma compreensão adequada da terminologia, associando “esquerda” a termos como “errado” – o que ocorre com uma parcela do eleitorado, especialmente o de menor escolaridade. Uma análise mais detalhada dos dados, cruzando o autopoicionamento dos vereadores com seu partido e sua escolaridade (e o posicionamento que atribuem aos partidos) – objeto para outros estudos – poderá deixar mais claro o peso maior ou menor de cada uma dessas possibilidades de interpretação mencionadas acima.

Tabela 56 – Autopoicionamento dos vereadores numa escala esquerda-direita (%)*

1 (Esquerda)	6,9
2	5,2
3	4,3
4	5,2
5	19,7
6	12,4
7	10,8
8	11,9
9	5,1
10 (Direita)	13,9

*** 37 vereadores responderam “não sei”.**

n = 772

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A Tabela 57 indica em que posição da escala esquerda-direita os vereadores localizam cada um dos principais partidos brasileiros. De forma a facilitar a visualização e a análise dos dados, os pontos da escala foram agregados dois a dois, como na análise da Tabela 29. Cabe destacar que a classificação feita pela maioria dos vereadores para alguns dos principais partidos coincide com a classificação mais frequente na literatura de Ciência Política: PT, PCdoB e PDT situam-se mais à esquerda da escala; PP, DEM, PSD e PR, mais à direita. PMDB e PSDB costumam ser classificados na literatura como partidos situados ao centro do espectro ideológico, mas nas classificações feitas por eleitores também há parcelas significativas que os classificam mais à direita, como acontece entre os vereadores. O PPS e o PSB costumam ser classificados mais como centro-esquerda, enquanto na distribuição da classificação feita pelos vereadores uma parcela maior dos entrevistados os situa no centro e o

restante dos vereadores se distribui em porcentagens mais ou menos semelhantes nas demais posições (à esquerda e à direita). Assim, o quadro resultante do conjunto das classificações feitas pelos vereadores situaria esses dois partidos ao centro do espectro ideológico. Quanto ao PTB, há uma inversão em relação à classificação mais usual na literatura: enquanto ali o partido é predominantemente classificado como de centro-direita ou direita, os vereadores concentram sua localização do partido nas posições do centro para a esquerda.

Tabela 57 – Posicionamento ideológico dos principais partidos, segundo os vereadores

Partido	Esquerda (1 e 2) (%)	Centro- esquerda (3 e 4) (%)	Centro (5 e 6) (%)	Centro- direita (7 e 8) (%)	Direita (9 e 10) (%)
PP	9,5	4,5	20,0	16,5	37,6
PDT	23,9	21,8	25,7	7,4	6,0
PT	47,7	12,3	15,7	6,7	8,9
PTB	21,6	18,4	26,7	7,0	8,1
PMDB	15,6	9,1	25,9	16,2	24,5
DEM	7,7	5,6	17,0	20,4	36,6
PSDB	8,3	5,2	19,1	19,8	36,1
PPS	15,0	12,2	25,0	14,8	15,4
PCdoB	42,8	15,5	15,0	4,8	3,1
PSB	13,5	13,2	31,1	12,5	11,1
PSD	8,2	5,4	23,6	18,7	29,8
PR	12,8	9,7	29,3	14,7	14,0

n = 772; 712; 666; 676; 645; 713; 660; 671; 640; 645; 640; 672; 641

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Questionados a respeito de qual a melhor forma de resolver os problemas do Brasil, se através de “um líder que coloque as coisas no lugar” ou com a “participação da população nas decisões importantes do governo”, a grande maioria dos vereadores (61,5%) se manifestou favorável a essa última alternativa, contra 38,5% que se manifestaram pela primeira.

Uma bateria de perguntas destinou-se a conhecer as posições dos vereadores em relação a um conjunto de políticas públicas. A Tabela 58 apresenta esses posicionamentos em relação a diferentes opções de políticas para tentar resolver o problema da violência urbana. Ampla maioria julga preferível uma política de redução da miséria e da desigualdade do que uma ação mais eficaz de repressão aos bandidos.

Tabela 58 – Opinião sobre políticas relativas à violência urbana

Afirmação	Concorda (%)	Discorda (%)
Para resolver o problema da violência urbana, é preferível uma política governamental de redução da miséria e da desigualdade do que leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão ao bandido.	77,9	22,1

n = 887**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Perguntados sobre se consideram mais importante combater a miséria e a fome por meio de políticas sociais do que gerar mais empregos, ampla maioria discordou dessa formulação (Tabela 59).

Tabela 59 – Políticas de combate à miséria e à fome x geração de empregos

Afirmação	Concorda (%)	Discorda (%)
Para melhorar o Brasil, combater a miséria e a fome por meio de políticas sociais é mais importante do que gerar mais empregos.	25,1	74,9

n = 864**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

Se tivessem que optar entre manter a inflação baixa ou crescimento alto, a maioria escolheria a baixa inflação, mesmo que temporariamente com crescimento baixo, conforme mostra a Tabela 60.

Tabela 60 – Inflação x crescimento

Pergunta	Concorda (%)	Discorda (%)
É preferível manter a inflação baixa e garantir a estabilidade, mesmo que temporariamente com crescimento baixo, do que fazer a economia do país crescer mais rapidamente, mesmo que temporariamente com inflação alta.	56,8	43,2

n = 813**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense**

A seguir são apresentados dados relativos a um conjunto de questões que apresentavam aos vereadores propostas de adoção de certas políticas públicas, pedindo que eles dissessem se eram favoráveis ou contrários a elas (Tabela 61). Quanto à proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas sem redução de salário, a maioria dos vereadores (56,3%) manifestou-se a favor, embora uma parcela considerável tenha sido contra. A proposta de acabar com a estabilidade dos funcionários públicos dividiu os

vereadores: uma pequena maioria (51%) manifestou-se favorável à medida, mas um percentual quase idêntico manifestou-se contra. Outro tema que dividiu ainda mais simetricamente os vereadores foi o da instituição da pena de morte: 50,1% foram favoráveis, enquanto 49,9% foram contra. Menos dividida foi a opinião em relação ao próximo tema: cerca de dois em cada três vereadores manifestaram-se contra o direito irrestrito de greve. E menos dividida ainda foi a opinião em relação à privatização da Petrobrás: apenas 20,6% foram favoráveis, ou seja, quatro em cada cinco vereadores são contra essa privatização. Uma maioria ainda mais significativa se forma em relação ao tema da desapropriação de propriedades produtivas para fins de reforma agrária: 82,5% são contra. O tema do aborto divide mais os vereadores, mas apenas 41% são favoráveis ao “direito de a mulher decidir se faz ou não um aborto, sem ser criminalizada por isso”, enquanto 59% são contra. Quanto à proposta de criminalizar a homofobia, ou seja, tornar crime a expressão de preconceitos contra homossexuais, os vereadores estão bastante divididos, com uma pequena maioria (52,6%) contra e 47,4% a favor. Já quanto à questão da descriminalização das drogas, há um posicionamento claramente majoritário, contrário a essa proposta (69,2% contra e 30,8% a favor). Da mesma forma, uma significativa maioria (63,4%) se manifestou contra a proposta de introduzir o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais.

Tabela 61 – Opiniões sobre várias propostas de políticas públicas

Proposta	Favorável (%)	Contrário (%)
Proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução de salário	56,3	43,7
Proposta de acabar com a estabilidade dos funcionários públicos	51,2	48,8
Instituição da pena de morte	50,1	49,9
Direito irrestrito de greve	35,2	64,8
Privatização da Petrobrás	20,5	79,5
Desapropriação de propriedade produtiva para fins de reforma agrária	17,5	82,5
Direito de a mulher decidir se faz ou não um aborto, sem ser criminalizada por isso	40,9	59,1
Criminalização da homofobia (expressão do preconceito contra homossexuais)	47,4	52,6
Descriminalização das drogas	30,8	69,2
Financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais	36,6	63,4

n = 887; 885; 884; 858; 872; 865; 860; 846; 842; 864

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Outras perguntas buscaram ainda compreender a percepção dos vereadores sobre o

significado ou impacto de algumas políticas que foram aprovadas recentemente no país e também sobre certas formas mais incisivas de protestos políticos. Vemos na Tabela 62 que uma maioria de 59,3% dos vereadores acredita que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial ajuda a combater a desigualdade racial no país; há, porém, um percentual significativo (40,7%) de vereadores que acreditam que essa aprovação introduz na lei uma forma de discriminação racial.

Tabela 62 – Opinião sobre a aprovação do estatuto da Igualdade Racial (%)

Ajuda a combater a desigualdade racial no Brasil	59,3
Introduz na lei uma forma de discriminação racial	40,7

n = 907

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Por outro lado, quase dois em cada três vereadores acredita que o sistema de cotas nas universidades aumenta a desigualdade, discriminando as raças, enquanto apenas 36,6% pensam que as cotas ajudam a minimizar o problema do racismo e da desigualdade social (Tabela 63).

Tabela 63 – Opinião sobre o sistema de cotas nas universidades (%)

Ajuda a minimizar o problema do racismo e da desigualdade social	36,6
Aumenta a desigualdade, discriminando as raças	63,4

n = 912

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A Tabela 64 revela que quatro em cada cinco vereadores acreditam que protestos mais ousados dos movimentos sociais, como ocupação de prédios públicos e de terminais de ônibus urbanos acabam por aumentar a insatisfação da população contra os movimentos. Apenas 20,6% acreditam que esses protestos ajudam a politizar a população sobre o problema social em relação ao qual o protesto é feito.

Tabela 64 – Opinião sobre protestos dos movimentos sociais (%)

Ajudam a politizar a população sobre o problema social que defendem	20,6
Aumentam a insatisfação da população contra os movimentos	79,4

n = 907

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Outro conjunto de perguntas visava apreender em que medida os vereadores defendem uma maior ou menor intervenção do governo na administração de uma série serviços e atividades. Como se pode ver na Tabela 65, as opiniões predominantes entre os vereadores revelam uma concepção fortemente estatista. Em relação aos serviços bancários, mais ou

menos metade dos entrevistados acredita que só o governo ou predominantemente o governo deveria administrar esses serviços; outra metade acha que deveriam ser só as empresas, ou predominantemente elas. Em relação a todas as demais atividades – que envolvem, além de serviços de natureza social, serviços como fornecimento de água, esgoto, recolhimento de lixo e serviços de transporte e telecomunicação e ainda atividades de natureza econômica, como construção e manutenção de estradas, bem como produção de petróleo – a maioria dos vereadores acredita que seja só o governo, ou predominantemente ele, quem deve administrar. Alguns dados chegam a impressionar: 93% e 92%, respectivamente, têm esse tipo de opinião em relação aos serviços de educação e saúde. Mesmo em relação às estradas e rodovias, 80% são dessa opinião; quase 70% acham que recolhimento do lixo também deve ser tarefa exclusiva ou majoritariamente do governo. Como os vereadores formam a base da “classe política” brasileira, podemos esperar, caso os vereadores catarinenses sejam uma imagem do conjunto dos vereadores brasileiros, que poucas mudanças em relação ao tamanho do Estado brasileiro venham a acontecer num futuro próximo, a não ser que mobilizações populares venham a pressionar nesse sentido.

Tabela 65 – Opinião sobre grau de intervenção do governo em políticas e serviços
Quem o(a) sr(a). entende que deve administrar cada uma dessas atividades no Brasil?

Atividade	Só o governo (%)	Mais o governo do que as empresas (%)	Mais as empresas do que o governo (%)	Só as empresas (%)
Educação	44,0	49,1	5,8	1,1
Saúde	44,2	47,7	6,7	1,5
Aposentadoria e previdência social	48,7	40,5	8,4	2,3
Transporte	21,0	41,7	28,7	8,6
Estradas e rodovias	37,9	40,2	15,8	6,0
Fornecimento de água e esgoto	37,4	41,1	15,7	5,7
Recolhimento do lixo	30,8	37,9	21,4	9,9
Serviços bancários	15,0	34,4	34,7	15,9
Produção de petróleo	35,5	38,6	17,3	8,6
Telecomunicações	20,1	33,8	30,0	16,1

n = 904; 896; 876; 875; 878; 870; 879; 868; 879; 862

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Se de um lado predomina entre os vereadores essa concepção estatista, de outro não parece prevalecer uma concepção nacionalista: a Tabela 66 mostra que dois em cada três vereadores concorda (totalmente ou em parte) com uma maior integração do Brasil à

economia internacional em que houvesse maior liberalização do comércio e abertura da economia para os investimentos estrangeiros. Ressalve-se, porém, que apenas 11,6% concordam totalmente com essa maior integração: a ampla maioria “concorda em parte”.

Tabela 66 – Opinião sobre a integração do país à economia internacional

“O Brasil deveria se integrar ainda mais à economia internacional, liberalizando o comércio e abrindo mais a economia ao capital estrangeiro”	(%)
Discordo totalmente	9,3
Discordo em parte	23,5
Concordo em parte	55,6
Concordo totalmente	11,6

n = 889

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

No que concerne a gastos públicos, instados a dizer se optariam por investir em programas sociais (como o Bolsa Família) ou aplicar recursos em infraestrutura, os vereadores se dividem, com uma pequena maioria (52%) preferindo esse último tipo de aplicação dos recursos públicos (Tabela 67).

Tabela 67 – Gastos em programas sociais x em infraestrutura

O governo federal investe bilhões em programas sociais como o Bolsa Família. No seu ponto de vista:	(%)
Estes investimentos são necessários para beneficiar a população de baixa renda e incrementar a economia interna do país.	48,0
Estes recursos deveriam ser aplicados em infraestrutura (hidrelétricas, portos, rodovias e ferrovias), auxiliando o país a crescer e gerar empregos.	52,0

n = 902

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Duas últimas questões tentam apreender certas concepções dos vereadores em relação à forma como a atividade política deveria ser exercida. A Tabela 68 indica que, embora a maioria (57,5%) dos vereadores discorde (total ou parcialmente) da ideia de que “a política é complexa e deve ser deixada às lideranças políticas”, há uma parcela significativa (42,5%) que concorda (total ou parcialmente) com ela.

Tabela 68 – Opinião sobre quem deve exercer a atividade política

“A política é complexa e deve ser deixada às lideranças políticas”	(%)
Discordo totalmente	29,3
Discordo em parte	28,2
Concordo em parte	35,0
Concordo totalmente	7,5

n = 866

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Quanto ao direito das minorias a expressarem suas opiniões, de forma semelhante, embora a maioria dos vereadores (55,6%) acredite que as pessoas com ideias diferentes da maioria da população possam ter suas ideias e tentar convencer os demais, há um percentual significativo (18,2%) que acredita que essas pessoas possam ter suas ideias, mas não devam tentar convencer as demais (Tabela 69). Ainda mais grave: 26,2% dos vereadores acham que essas pessoas com ideias diferentes da maioria da população devam obedecer à vontade da maioria.

Tabela 69 – Opinião sobre direito das minorias expressarem suas ideias

“Em se tratando de pessoas com ideias diferentes da maioria da população, o(a) sr(a). entende que:”	(%)
Devem obedecer a vontade da maioria, independente de suas ideias	26,2
Podem ter suas ideias, sem tentar convencer os demais	18,2
Podem ter suas ideias e tentar convencer os demais	55,6

n = 866

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

2.3.5 Associativismo e diferenças por gênero

Os dados relativos à distribuição dos vereadores por gênero expressam bem as desigualdades no exercício das funções parlamentares entre homens e mulheres no país, corroborando um quadro que se reproduz em todas as esferas federativas do Estado brasileiro. Como analisado por Couto (2012), mesmo sendo a maioria do eleitorado (cerca de 52%) e ainda que se tenha uma política de cotas que busque diminuir essas distâncias, as mulheres continuam sendo minoria, se compararmos com o número de homens eleitos: “a média de mulheres eleitas para as Assembleias Legislativas e Câmara Distrital no Brasil, nas eleições de 2010 chega a 12,85%, enquanto que os homens atingem 87,15%. Já para a Câmara dos Deputados, o percentual de mulheres eleitas é de 8,77% e o de homens eleitos chega a 91,23%. No Senado Federal, as representantes do sexo feminino ocupam 12,85%, enquanto que os homens 87,15” (COUTO, 2012, p.15).¹⁴ No caso dos dados dos vereadores do Estado de Santa Catarina, como vimos no início deste capítulo, observou-se uma disposição significativa de mulheres em responder à pesquisa, o que pode levar a algumas inferências,

¹⁴ De acordo com a União Interparlamentar, o Brasil está em 118º lugar entre 190 países quanto à percentagem de mulheres ocupando cargos parlamentares federais. Os dados referem-se a fevereiro de 2015. (<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>).

como o interesse delas em falar sobre a própria experiência, além de – pela própria ausência histórica das mulheres deste espaço – apropriar-se e apresentar-se como parte ativa do corpo legislativo.

No que diz respeito à distribuição de vereadores por gênero e partido político, podemos perceber, pelos dados abaixo, que os partidos com maior número de vereadoras são o PMDB, o PP e o PT, seguidos pelo PSD e PSDB (Tabela 70).

Tabela 70 – Distribuição dos vereadores por gênero e partido*

Partido	Gênero		Total	%
	Feminino	Masculino		
PMDB	53	235	288	28,9%
PP	29	148	177	17,8%
PT	19	90	109	11,0%
PSD	18	148	166	16,7%
PSDB	17	86	103	10,4%
DEM	4	22	26	2,6%
PPS	4	24	28	2,8%
PDT	2	24	26	2,6%
PR	1	15	16	1,6%
PSB	1	8	9	0,9%
PSL	1	0	1	0,1%
PTB	1	15	16	1,6%
PV	1	2	3	0,3%
Solidariedade	1	11	12	1,2%
PC DO B	0	4	4	0,4%
PPL	0	1	1	0,1%
PRB	0	2	2	0,2%
PRP	0	1	1	0,1%
PT do B	0	1	1	0,1%
PSC	0	6	6	0,6%
Total	152	843	995	100,0%

*** Dispostos em ordem decrescente por número de vereadoras.**

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

No entanto, proporcionalmente ao tamanho das respectivas bancadas, a listagem sofre alterações, como podemos visualizar na Tabela 71. Essa alteração ocorre em função do baixíssimo número de vereadores nos partidos menores, como são os casos do PSL (apenas 1) e PV (3 vereadores). No caso dos partidos maiores, os dados apontam que os partidos com a maior bancada feminina são, por ordem, o PMDB, o PT, o PSDB, o PP e o DEM.

Tabela 71 – Distribuição dos vereadores por gênero e partido*

Partido	Gênero	
	Feminino	Masculino
PSL	100,0%	0,0%
PV	33,3%	66,7%
PMDB	18,4%	81,6%
PT	17,4%	82,6%
PSDB	16,5%	83,5%
PP	16,4%	83,6%
DEM	15,4%	84,6%
PPS	14,3%	85,7%
PSB	11,1%	88,9%
PSD	10,8%	89,2%
Solidariedade	8,3%	91,7%
PDT	7,7%	92,3%
PTB	6,2%	93,8%
PR	6,2%	93,8%
PC do B	0,0%	100,0%
PPL	0,0%	100,0%
PRB	0,0%	100,0%
PRP	0,0%	100,0%
PSC	0,0%	100,0%
PT do B	0,0%	100,0%
Total	15,3%	84,7%

*** Dispostos em ordem decrescente por percentual de vereadoras.**

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Outro dado interessante, e que também corrobora os estudos sobre gênero e política, diz respeito aos vínculos associativos dos vereadores eleitos, tanto por partidos políticos quanto pelo recorte de gênero. Grosso modo, estudos indicam que o capital social, para além do capital político e econômico, tem sido um recurso importante para a obtenção de sucesso na carreira política, em especial, dos candidatos vinculados a partidos de esquerda.

Quanto aos vínculos associativos dos legisladores catarinenses, o que se percebe é uma baixa atividade associativa entre eles, sendo que mais de 50% afirmam nunca ter participado da maioria das associações listadas (Tabela 72). No caso dos que afirmam participar de algum grupo ou associação (desde antes de ser eleito) destacam-se as igrejas ou associações religiosas, bem como as associações esportivas ou recreativas. Dentre esses, uma parcela significativa diz ocupar (ou já ter ocupado) cargos de direção nas referidas associações, sendo 34,9% em igrejas/associações religiosas e 28,9% em organizações

esportivas ou recreativas.

Tabela 72 – Vínculos associativos dos vereadores

Organizações	Grau de Participação (%)			
	Nunca Participou	Participou antes de ser eleito, mas deixou de participar	Participa desde antes de ser eleito	Começou a participar depois de eleito
Igreja ou organização/grupo religioso	18,8	12,1	65,7	3,4
Organização/associação esportiva ou recreativa	20,7	16,1	59,8	3,4
Organização/associação artística, musical ou educacional	50,6	11,0	35,1	3,3
Sindicato	59,4	10,1	28,4	2,1
Organização/Associação de meio ambiente	70,9	8,6	17,9	2,4
Associação Profissional	59,4	7,7	30,5	2,4
Organização/Associação humanitária ou de caridade	52,2	9,6	36,1	2,2
Movimentos Sociais	43,0	8,1	44,8	4,1
Outras	71,1	2,2	22,2	3,9

n = 865; 798; 702; 726; 671; 687; 707; 710

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Estudos de Coradini (2007) e de Marenco e Serra (2007), por exemplo, atestam que, independentemente de gênero, os políticos vinculados aos partidos de direita, a exemplo do PFL e do PP, apresentam fraco vínculo associativo, diferentemente dos partidos de esquerda que “recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais” (MARENCO; SERRA, 2007, p. 93), com destaque para o PT, “um dos principais aglutinadores, em termos partidários, dos portadores desse tipo de recurso” (CORADINI, 2007, p. 183). A Tabela 73 apresenta o perfil dos vínculos associativistas informados pelos vereadores que afirmaram participar de algum tipo de organização social.

Tabela 73 – Vínculos associativos dos vereadores por partido

Partido	Total vereadores associados (n)	Igreja/grupo religioso	Org. esportiva/recreativa	Org. artística/musical/educacional	Sindicato	Org. meio ambiente	Ass. profissional	Org./Ass. Comunitária ou caridade	Movimentos sociais
PMDB	159	74,6	75	73,1	69,4	71,1	70,6	72,2	69
PP	103	82,2	82,7	82,1	82,7	82,6	82,2	82,6	82,8
PSD	88	77,9	83,3	82,9	81,5	84,3	83,2	81,5	79,9
PT	71	90,2	85,1	86,8	91,6	87,9	87,9	87,6	91,4
PSDB	58	91,4	88,7	91,3	90,2	88,6	91,4	90,1	90,8
DEM	17	97,5	98,8	97,8	98,4	98,1	97,5	97,5	97,7
PPS	17	96,3	98,2	97,2	97	97,5	97,3	97,5	98
PDT	15	98,2	97	96,9	97,2	97,2	97,3	98,3	98
PR	12	97,5	97	97,8	97,7	97,9	97,8	97,5	97,4

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Tabela 74 – Vínculos associativos dos vereadores por gênero

	Igreja/grupo religioso	Org. esportiva/recreativa	Org. artística/musical/educacional	Sindicato	Org. meio ambiente	Ass. profissional	Org./Ass. Comunitária ou caridade	Movimentos sociais
Feminino	96,3	62,9	61,5	44,8	27,8	48,1	55,8	62,8
Masculino	79,1	81,2	45,5	39,5	28,8	38,4	46,3	55,1

n = 865; 798; 702; 726; 671; 687; 707; 710

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

De outra forma, também cresce o interesse em identificar e avaliar correlações entre o tipo de vínculo associativo entre homens e mulheres e suas repercussões no campo da atuação política profissional. De fato, a bibliografia já apontou para as diferenças desses vínculos, revelando diferenças significativas na atuação associativa das mulheres quando comparadas aos homens. Caiazza e Putnam (2005), por exemplo, ao resgatarem os estudos sobre a participação feminina, apontam algumas especificidades quanto aos temas e aos vínculos associativos: as mulheres gastam mais energia e tempo atuando em questões como educação e estão mais envolvidas em grupos focados em ajudar os mais pobres, idosos e sem teto, por exemplo. Conhecem melhor os seus vizinhos e são mais propensas a se engajarem em atividades religiosas. Voltado para dados sobre a realidade brasileira, o estudo de Sacchet (2009) também corrobora essas diferenças por gênero no perfil associativo da população. Enquanto os homens apresentam maior vinculação com associações relacionadas com a esfera pública, referentes ao mundo da política e do trabalho, por exemplo, as mulheres estão mais vinculadas a associações que lidam com assuntos relacionados aos cuidados, à religiosidade, à família e à comunidade. Esses vínculos associativos podem ser elementos importantes para a trajetória política já que, como analisado por Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012), pesquisas vêm apontando para o aumento de mulheres eleitas oriundas de movimentos sociais e de associações da sociedade civil, “ainda que o capital político familiar continue propiciando uma importante porta de entrada para elas na política institucional”.

A Tabela 74 apresenta os dados sobre os vínculos associativos dos vereadores, por gênero. O vínculo com associações religiosas, educacionais, comunitárias e em movimentos sociais é maior entre as vereadoras, embora também tenhamos encontrado maior vínculo nos sindicatos e associações profissionais, o que sugere alterações nos padrões de associação do universo feminino, seguindo o amplo processo de inserção feminina no mundo do trabalho durante as últimas décadas.

A pesquisa também aferiu o conhecimento e as avaliações dos vereadores referentes aos Conselhos Gestores e Orçamentos Participativos (OPs). Constata-se um importante grau de desconhecimento desses espaços, com destaque aos dados relativos aos Conselhos (16,3% dizem que não há conselhos e 16,9 que não sabem responder) (Tabela 75). Diferente dos OPs que são, de fato, minoria no universo dos municípios catarinenses (dados preliminares apontam para a existência, em 2014, de 15 municípios que adotam o OP no Estado), os conselhos gestores, em especial os das áreas sociais (saúde, assistência social e criança e adolescente) cobrem, por determinação legal, o conjunto dos municípios do país, o que indica

haver, de fato, um desconhecimento dessa realidade por parte de uma parcela significativa de vereadores.

Tabela 75 – Há conselhos gestores e OP nos municípios?

	Conselhos gestores	OPs
Sim	66,8	51,7
Não	16,3	33,7
Não sabe	16,9	14,6

n = 909

**Fonte: Pesquisa 1º Censo
Legislativo Municipal Catarinense**

Como podemos visualizar na Tabela 76, dentre os vereadores que afirmam participar ou já ter participado de conselhos e OPs, as mulheres apresentam uma pequena vantagem na participação em Conselhos (46,3% de mulheres contra 40,8% de homens), enquanto os homens se sobressaem na participação junto a OPs (58,5% das mulheres contra 61,5% dos homens). Uma dimensão importante, aqui, diz respeito à institucionalização, com ampla cobertura nacional, dos conselhos nas áreas sociais, em especial dos conselhos da assistência social e dos direitos da criança e do adolescente, e que contam com uma expressiva atuação feminina. No caso dos OPs, estudos também vêm mostrando que, embora as mulheres participem ativamente nas suas regiões de moradia, os homens acabam se tornando maioria na ocupação de funções de representação como delegados e conselheiros.

Tabela 76 – Participação em Conselhos e OP segundo o gênero (%)

	Feminino	Masculino
Orçamento Participativo	58,5	61,5
Conselhos gestores	46,3	40,8

n = 881; 782

**Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal
Catarinense**

As Tabelas 77 e 78 apresentam os dados sobre a opinião dos vereadores, por recorte de gênero, com relação ao papel dos Conselhos e Orçamentos Participativos. Os dados apontam para uma avaliação positiva, tanto para os Conselhos como para os OPs, com maior ênfase para esses últimos, que é compartilhada tanto por homens e mulheres. Não há registro, portanto, de diferenças de gênero nessas avaliações, embora se perceba um nível significativo de respostas que apontem para o desconhecimento dessas instâncias, somando-se os dados “não conhece” com “não sabe opinar”. No caso dos Conselhos, como já vimos acima, esse

dado é mais preocupante, uma vez que, em algumas áreas, como as de saúde e assistência social, todos os municípios devem contar com a atuação do conselho gestor na respectiva área, diferente dos OPs que são, de fato, programas de governo. Talvez por não ser institucionalizado e, portanto, depender da vontade e do interesse do grupo que ocupa o poder governamental, o OP tenha sido considerado, por 10,1% dos vereadores homens (contra 3,5% das mulheres) como uma “estratégia para políticos ganharem eleições”.

Tabela 77 – Opinião sobre os conselhos gestores (geral e por gênero)

	Geral	Masculino	Feminino
São um instrumento democrático de governo	58,7	58,1	62,3
São utilizados como estratégia para políticos ganharem eleições	8,8	8,9	8
Esvaziam o papel da Câmara de Vereadores	3,1	3,2	2,2
São um meio de ingresso para cidadãos com pretensões eleitorais	5	5,1	4,3
Não conhece conselhos gestores	6,6	6,6	6,5
Não sabe opinar	17,8	18	16,7

n = 909

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Tabela 78 – Opinião sobre OPs (geral e por gênero)

	Geral	Masculino	Feminino
É um programa democrático de governo	66	65,8	67,1
É utilizado como estratégia para políticos ganharem eleições	9,1	10,1	3,5
É um programa que esvazia o papel da Câmara de Vereadores	1,8	1,7	2,1
É um meio de ingresso para cidadãos com pretensões eleitorais	3,2	3,1	4,2
Não conhece o Orçamento Participativo	5,3	5,5	2
Não sabe opinar	14,6	13,8	18,9

n = 962

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

2.3.6 Perfil dos vereadores: uma síntese

Ao contrário do bloco de servidores, mas seguindo padrão da classe política brasileira, os vereadores de Santa Catarina formam um grupo predominantemente de homens (85%), casados (71,2%), massivamente católicos (84,6%), com idade centrada entre 41 e 50 anos (41,1%). Sua escolaridade – situada entre o ensino médio completo (20,9%) e o ensino superior incompleto (18,6%) – ainda que apresente maiores índices que os cidadãos de modo

geral, é inferior à dos servidores participantes da pesquisa.

Num balanço relativo aos aspectos vinculados à carreira política dos vereadores, pode-se destacar:

- a) há uma taxa de renovação relativamente alta nas Câmaras Municipais: mais de 70% dos vereadores estão em seu 1º (58%) ou 2º mandato (14%);
- b) embora a taxa de migração partidária na atual legislatura (2013-2016) seja relativamente baixa, verifica-se que 44% dos atuais vereadores já mudaram alguma vez de partido ao longo de sua vida política;
- c) 35% dos atuais vereadores já exerceram cargos eletivos anteriormente e, dentre esses, quase todos foram vereadores anteriormente; há muito poucos ex-prefeitos e ex-vice-prefeitos entre os atuais vereadores;
- d) quanto a cargos públicos não eletivos, 38% dos vereadores afirmam ter ocupado algum, destacando-se os de Secretário municipal e cargos de direção ou gerência no executivo municipal;
- e) ter participado de cargo de direção partidária não parece ser um requisito necessário para alcançar uma cadeira de vereador, já que a grande maioria não relata essa experiência, mas para uma parcela significativa (cerca de 30%), parece ser um dos caminhos possíveis;
- f) ter parentes que exercem ou exerceram cargos públicos eletivos também parece ser um importante ativo na construção da carreira: 45% dos vereadores estão nessa situação; a maior parcela de vereadores menciona primos que têm ou já tiveram cargos eletivos, seguindo-se as menções a irmão/irmã e pai ou mãe;
- g) dos cargos ocupados por esses parentes, destacam-se os de vereador (34%), prefeito (11%) e vice-prefeito (3%);
- h) quase 90% dos vereadores costumam participar de todas ou da maior parte das reuniões da instância municipal do partido;
- i) pouco mais da metade dos vereadores avalia que os partidos têm alguma ou muita importância em suas campanhas eleitorais, destacando-se o apoio na forma de material de campanha (panfletos, santinhos, cartazes etc.) e o espaço no horário eleitoral.

Quanto ao papel do vereador como representante, destacamos:

- a) embora a maioria das reivindicações dos eleitores seja de natureza pessoal, o atendimento prestado pelos vereadores é, segundo eles, predominantemente de natureza coletiva;
- b) se tiver que escolher entre votar de acordo com o partido ou de acordo com o que acredita, uma grande maioria dos vereadores (83%) adota essa última posição. O mesmo ocorre se o

vereador tiver que optar entre votar como os eleitores querem ou de acordo com o que acredita: pelo menos dois terços deles acreditam que o melhor é votar de acordo com sua consciência;

c) quanto ao principal papel de um vereador, a maioria (51%) afirmou que deve ser o de fiscalizar as ações do poder Executivo (prefeito e secretários); 23% mencionam a elaboração de leis municipais (válidas para o conjunto da cidade). Esses dados parecem indicar que os vereadores avaliam que sua capacidade de produzir legislação relevante em âmbito municipal é relativamente baixa, sendo mais importante fiscalizar as ações do Executivo, que parece ser percebido como o ator central das políticas públicas no município;

d) as emendas orçamentárias feitas pelos vereadores visam beneficiar sobretudo os bairros e associações comunitárias;

e) quando perguntados em abstrato, praticamente 100% dos entrevistados afirmam que vereadores devem defender os interesses da sociedade em geral (e não interesses de grupos específicos); no entanto, quando avaliam a si próprios, a maior parcela indica que defende igualmente interesses de grupos e da sociedade em geral;

f) por fim, os principais canais de comunicação para prestação de contas aos eleitores são as entrevistas à mídia, as reuniões abertas à população e os boletins impressos ou divulgados nas redes sociais.

Tentando resumir algumas das principais opiniões políticas dos vereadores, é possível assinalar que:

a) há uma forte adesão ao regime democrático;

b) em relação à concepção do que é democracia, a maior parte dos vereadores a associa principalmente ao direito de voto e à participação direta dos cidadãos em todas as decisões políticas; essa última concepção, além de ir contra a prática da democracia na totalidade dos países onde ela existe (em que as principais decisões são tomadas por representantes), não está em consonância com as respostas relativas a outra questão, em que uma parcela considerável dos vereadores concorda com a frase de que a política, por ser uma atividade complexa, deve ser deixada aos líderes políticos. Parcelas menores associam democracia à participação por orçamentos participativos, plebiscitos e conselhos gestores (em ordem decrescente);

c) a maioria dos vereadores acredita poder influenciar na política;

d) 82% manifestam baixo grau de confiança interpessoal; quanto às instituições, embora a maioria dos vereadores diga confiar parcial ou totalmente (com exceção da televisão), há percentuais elevados de vereadores que não confiam em instituições como TV, Congresso

Nacional, imprensa, partidos políticos e governo estadual;

e) quanto ao posicionamento ideológico, medido a partir de uma escala esquerda-direita, os vereadores catarinenses situam-se predominantemente ao centro do espectro ideológico (32,1%), na centro-direita (22,7%) e na direita (19%);

f) não se pode definir um perfil claro dos vereadores catarinenses a partir de suas posições sobre temas políticos específicos: se de um lado a maioria é contra a privatização da Petrobrás e acha preferível, para resolver o problema da violência urbana, uma política governamental de redução da miséria e desigualdade do que leis mais duras e uma política mais eficaz de repressão ao bandido, de outro, uma maioria acha que para reduzir a miséria e desigualdade é mais importante gerar empregos do que promover políticas sociais, além de achar preferível manter a inflação baixa e garantir a estabilidade, mesmo que temporariamente com crescimento baixo, do que fazer a economia do país crescer mais rapidamente, mesmo que temporariamente com inflação alta. Da mesma forma, enquanto a maioria acredita que o Estatuto da Igualdade Racial ajuda a combater a desigualdade racial no Brasil, de outro lado há uma maioria que avalia que o sistema de cotas nas universidades aumenta a desigualdade, discriminando as raças. Em relação a certas dimensões, porém, é possível definir padrões: os vereadores parecem repudiar protestos mais ousados e a desapropriação de terras produtivas para finalidade de reforma agrária; em temas comportamentais (de natureza moral) o perfil majoritário é conservador: a maioria é contra o direito de a mulher decidir se faz ou não um aborto, sem ser criminalizada por isso e contra a proposta de criminalizar a homofobia e contra a descriminalização das drogas. Quando está em jogo o peso relativo do Estado e do mercado, os vereadores são fortemente estatistas: com exceção dos serviços bancários, para todos os outros nove itens listados (incluindo serviços de natureza social, serviços de infraestrutura e atividades econômicas diretas), a maioria dos vereadores acredita que é só o governo, ou predominantemente ele, que deve administrar (e não o mercado).

Observa-se, ainda, que os vereadores têm taxas reduzidas de envolvimento com movimentos e organizações sociais, a despeito de elevados percentuais de participação em grupos religiosos ou associações desportivas e recreativas. Tais dados, no entanto, corroboram a característica do perfil de associativismo levantado por estudos anteriores no Brasil, em especial quando tomamos a análise a partir do recorte de gênero. Como encontramos nos números nacionais, as vereadoras de Santa Catarina apresentam vínculos associativos maiores que os homens na maioria das categorias de associações, com exceção apenas, ainda que em proporção bem pequena, das organizações em defesa do meio-ambiente, que apresentam 27,8% de mulheres e 28,8% de homens.

Por fim, destacamos dois aspectos relevantes acerca da avaliação dos vereadores e vereadoras sobre os canais de participação: a) quando tomados pelo recorte de gênero, os dados catarinenses sugerem semelhanças na avaliação positiva desses espaços, com uma pequena margem de vantagem para as mulheres no que diz respeito aos Conselhos Gestores, espaços que – em especial os das áreas sociais – se têm constituído em importantes mecanismos de inclusão política feminina; b) a despeito do fato de que vereadores e vereadoras avaliem majoritariamente tais espaços como instrumentos e estratégias democráticas de governo, há significativos indícios de baixo grau de conhecimento por parte dos representantes legislativos sobre a existência e o funcionamento desses mecanismos em seus municípios.

Capítulo 3 – A Escola do Legislativo nas percepções de vereadores e servidores das Câmaras Municipais

Este capítulo, diferentemente dos anteriores, analisa e compara respostas de vereadores e servidores das Câmaras Municipais de Santa Catarina ao mesmo conjunto de questões relativas à atuação da Escola do Legislativo. O objetivo é contribuir com informações para que a Escola possa aprimorar suas ações, em primeiro lugar por meio de iniciativas para ampliar o conhecimento de suas atividades por vereadores e servidores; em seguida, com iniciativas nas diversas áreas de formação, capazes de atender demandas ou necessidades específicas apontadas pelos parlamentares e pelos trabalhadores dos legislativos municipais.

Apenas um a cada três vereadores ou servidores afirmam conhecer a Escola do Legislativo. Os dados da Tabela 79 indicam que ações eficazes de comunicação e divulgação podem surtir resultados significativos em todas as frentes de atuação da Escola junto às Câmaras Municipais, uma vez que dois terços do público pesquisado a desconhecem.

Tabela 79 – Grau de conhecimento da Escola do Legislativo por vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense (2014)

	Vereadores	Servidores
Sim	34,6%	33,1%
Não	65,4%	66,9%

n = 1014; 1849

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Dos que conhecem a Escola, dois terços participaram de eventos promovidos por ela (Tabela 80). Ou seja: cerca de 22% dos servidores e 24% dos vereadores catarinenses conhecem e participaram de atividades da Escola – um percentual expressivo, embora três quartos dessa população ainda não tenham sido alcançados pela atuação da entidade.

Tabela 80 – Taxa de participação de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense em eventos promovidos pela Escola do Legislativo (2014)*

	Vereadores	Servidores
Sim	68,70%	66,1%
Não	31,3%	33,9%

*** Questão apresentada apenas aos que responderam afirmativamente à pergunta “O(A) sr(a). conhece a Escola do Legislativo “Deputado Lício Mauro da Silveira?”. n = 358; 616**

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Entre os eventos promovidos pela Escola do Legislativo, os que contaram com maiores taxas de participação de parlamentares municipais catarinenses foram os seminários regionais “Vereadores eleitos para legislatura 2013” (53,9% dos que participaram de cursos, ou cerca de 13% do total de vereadores), seguidos da palestra “Processo legislativo” (33,5%)

e do “Curso de técnica legislativa” (33,1%). Entre os servidores das Câmaras que participaram de eventos da Escola, destacam-se o “Curso de técnica legislativa” (37,6%), a palestra “Processo legislativo” (33,3%) e o “Programa de capacitação do legislativo municipal” (30,1%) (Tabela 81).

Tabela 81 – Tipos de eventos promovidos pela Escola do Legislativo com a participação de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense (2014 – múltipla escolha)*

	Vereadores	Servidores
Curso de Técnica Legislativa	33,1%	37,6%
Seminários Regionais: “Vereadores Eleitos para Legislatura 2013”	53,9%	21,7%
Palestra “Processo Legislativo”	33,5%	33,3%
Programa de Capacitação do Legislativo Municipal	25,7%	30,1%
Curso de Formação Política (para Mulheres)	9,8%	4,5%
Curso “A arte de servir o Legislativo”	5,3%	3,8%
Encontro de Mulheres Parlamentares de Santa Catarina	14,7%	8,8%
Fórum de Ideias Parlamentares	12,2%	7,6%
Encontros com a Assembleia	15,5%	14,1%
Outro(s). Qual(is)?	9,4%	21,2%

*** Questão apresentada apenas aos que responderam afirmativamente à pergunta “O(A) sr(a). conhece a Escola do Legislativo “Deputado Lício Mauro da Silveira?” e “O(A) sr(a). já participou de algum evento promovido pela Escola do Legislativo?”.**

n = 245; 396

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Vereadores e servidores das Câmaras apontaram outros eventos de que teriam participado. Entre os vereadores, as atividades mais mencionadas foram “Curso de oratória”, “Parlamento jovem” e “Câmara mirim”, além de citações a “Escola de Governo”, “Protocolo e cerimonial”, “Agente político”, “Curso de formação política” e até a “Marcha dos vereadores a Brasília”. Também houve menções a eventos copromovidos por associações de vereadores. Entre os servidores, as citações mais frequentes referiram-se a “Encontro Estadual de Vereadores Mirins”, “Protocolo e cerimonial” e “Oratória”, mas dezenas de outras menções indicam a variedade de eventos que contaram, direta ou indiretamente, com a participação da Escola: palestras, seminários, congressos, cursos (de direito eleitoral, de técnica legislativa, de formação política, de mulheres na política) e ciclos de debates, entre outros.

São elevadas as taxas de satisfação com a Escola, entre os vereadores que participaram das atividades por ela desenvolvidas. Em quatro dimensões analisadas, todas receberam avaliações superiores a 3,25, numa escala de 1 a 4 (Tabela 82). As maiores frequências de

“Concordo em parte” e “Concordo totalmente” foram expressas quanto às opções “As palestras realizadas pela Escola contribuíram significativamente para eu compreender temas da atualidade” e “Os cursos de formação realizados pela Escola do Legislativo contribuíram para minha atuação parlamentar”.

Tabela 82 – Grau de satisfação de vereadores com atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Concordo em parte	Concordo totalmente	Média de avaliação	Contagem de respostas
Os cursos de formação realizados pela Escola do Legislativo contribuíram para minha atuação parlamentar	7	7	102	115	3,41	231
Os cursos realizados pela Escola estão condizentes com minha realidade parlamentar e atendem minhas necessidades	6	15	117	83	3,25	221
As palestras realizadas pela Escola contribuíram significativamente para eu compreender temas da atualidade	8	7	90	118	3,43	223
Os eventos realizados pela Escola atendem diretamente minhas necessidades para atuar politicamente em minha comunidade	10	12	106	95	3,28	223

*** Questão apresentada apenas aos que responderam afirmativamente à pergunta “O(A) sr(a). conhece a Escola do Legislativo “Deputado Lício Mauro da Silveira?” e “O(A) sr(a). já participou de algum evento promovido pela Escola do Legislativo?”.**

n = 236

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Situação semelhante foi constatada entre os servidores que participaram das atividades desenvolvidas pela Escola (Tabela 83). As maiores frequências de “Concordo em parte” e “Concordo totalmente” foram expressas quanto às opções “As palestras realizadas pela Escola contribuíram significativamente para eu compreender temas da atualidade” e “Os cursos de formação realizados pela Escola do Legislativo contribuíram para minha atuação profissional”.

Tabela 83 – Grau de satisfação de servidores do legislativo municipal com atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo (2014)

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Concordo em parte	Concordo totalmente	Média de avaliação	Cont. de respostas
Os cursos de formação realizados pela Escola do Legislativo contribuíram para minha atuação profissional	21	17	119	228	3,44	385
Os cursos realizados pela Escola estão condizentes com minha realidade parlamentar e atendem minhas necessidades	16	31	146	176	3,31	369
As palestras realizadas pela Escola contribuíram significativamente para eu compreender temas da atualidade	16	21	127	211	3,42	375
Os eventos realizados pela Escola atendem diretamente minhas necessidades para atuar politicamente em minha comunidade	18	30	161	155	3,24	364

*** Questão apresentada apenas aos que responderam afirmativamente à pergunta “O(A) sr(a). conhece a Escola do Legislativo “Deputado Lício Mauro da Silveira?” e “O(A) sr(a). já participou de algum evento promovido pela Escola do Legislativo?”.**

n = 398

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Os respondentes participantes de eventos promovidos pela Escola do Legislativo reconhecem que ela contribui para sua vida política (vereadores) ou suas atividades profissionais (servidores) (Tabela 8). Para os parlamentares, a Escola contribui de forma moderada (47,9%) ou muito (36,7%) em sua vida política. Para os servidores, contribui muito (49%) ou moderadamente (33%). A soma de “Contribui pouco” e “Não contribui” foi de cerca de 15% nos dois segmentos.

Tabela 84 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre a contribuição da Escola do Legislativo para sua vida política ou suas atividades profissionais (2014)

	Vereadores	Servidores
Não contribui	3,3%	4,4%
Contribui pouco	12,1%	10,6%
Contribui de maneira moderada	47,9%	33,0%
Contribui muito	36,7%	49,0%
Não sei	**	3,0%

* Questão apresentada apenas aos que responderam afirmativamente à pergunta “O(A) sr(a). conhece a Escola do Legislativo “Deputado Lício Mauro da Silveira?” e “O(A) sr(a). já participou de algum evento promovido pela Escola do Legislativo?”.

** Opção de resposta não disponível aos vereadores

n = 240; 406

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A pesquisa aferiu as opiniões de vereadores e servidores das Câmaras Municipais sobre seu interesse em cursos nas áreas principais de atuação da Escola. Foram relacionados os temas mais frequentes das áreas de “Formação e aperfeiçoamento profissional”, “Formação de agentes públicos e políticos”, “Educação para a cidadania”, “Pesquisa e produção do conhecimento” e “Capacitação profissional”. Embora os pesquisados tenham feito claras escolhas, em cada uma das áreas, entre as opções de resposta oferecidas, em todas as questões as respostas à alternativa “Outro(s)” trouxeram possibilidades de cursos ou eventos que podem ser enquadradas em várias áreas (não aquela especificamente demandada pela pergunta respectiva). Em função disso, todas as respostas abertas a essas questões foram agrupadas e serão apresentadas ao final do capítulo.

Os cursos de “Capacitação e valorização do servidor do Poder Legislativo Estadual” e “Aperfeiçoamento técnico-profissional para servidores do Poder Legislativo Estadual” são as prioridades da área de “Formação e aperfeiçoamento profissional”, tanto para vereadores (54,7% e 43,7%, respectivamente), quanto para servidores (60,2% e 55,9%). Em seguida, os parlamentares consideram mais importantes os eventos “Conhecimento e desenvolvimento humano” e “Curso de Pós-Graduação em Poder Legislativo e Cidadania”, as quais também correspondem, em ordem inversa, à terceira e à quarta opções mais citadas por servidores (Tabela 85).

Tabela 85 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre cursos que a Escola do Legislativo deve oferecer na área de “Formação e aperfeiçoamento profissional” (2014)

	Vereadores	Servidores
Capacitação e Valorização do Servidor do Poder Legislativo Estadual	54,7%	60,2%
Aperfeiçoamento Técnico-Profissional para Servidores do Poder Legislativo Estadual	43,7%	55,9%
Aprimoramento das Competências Gerenciais para Servidores do Poder Legislativo Estadual	28,1%	36,8%
Conhecimento e Desenvolvimento Humano	43,1%	44,6%
Curso de Pós-Graduação em Poder Legislativo e Cidadania	34,7%	46,7%
Formação de Estagiários da Assembleia Legislativa	14,2%	16,1%
Formação de Especialistas em Áreas Específicas das Comissões Temáticas	27,0%	29,7%
Seminários Temáticos Mensais (especificar no campo abaixo)	19,4%	20,2%
Outro(s). Qual(is)?	4,0%	7,3%

n = 930; 1802

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A semelhança entre as escolhas de prioridades entre vereadores e servidores se estende à área de “Formação de agentes públicos e políticos” (Tabela 86). Nela, se observa que os eventos considerados essenciais por ambas as populações, e na mesma ordem, são “Capacitação do legislativo municipal” e “Formação política para vereadores e pré-candidatos”, com notáveis percentuais respectivos de 74,8% e 63,1% para vereadores e 79,2% e 57,4% para servidores. Em seguida, as prioridades se voltam, nos dois grupos, para “Política e cidadania”. O quarto evento mais relevante para vereadores é “Formação política para lideranças sociais e comunitárias”, enquanto, para servidores, é “Formação política para servidores do poder público”.

Tabela 86 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre cursos que a Escola do Legislativo deve oferecer na área de “Formação de agentes públicos e políticos” (2014)

	Vereadores	Servidores
Capacitação do Legislativo Municipal	74,8%	79,2%
Política e Cidadania	49,2%	54,4%
Formação Política para Servidores do Poder Público	35,4%	53,3%
Formação Política para Mulheres	32,9%	30,9%
Formação Política para Profissionais da Educação	25,0%	24,8%
Formação Política para Lideranças Sociais e Comunitárias	43,9%	37,8%
Formação Política para Vereadores e Pré-candidatos	63,1%	57,4%
Intercâmbio Institucional	19,1%	25,4%
Outro(s). Qual(is)?	0,7%	2,2%

n = 957; 1811

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Na área de “Educação para a cidadania”, vereadores e servidores também concordam com os eventos mais importantes: “Conhecendo o parlamento catarinense” e “A escola e o parlamento: o Legislativo e a escola”. Nas opções seguintes, contudo, os dois grupos têm prioridades diferentes. Enquanto parlamentares preferem “A escola e o parlamento: construindo um novo olhar” e “Formação de vereadores mirins”, funcionários do legislativo priorizam “A comunidade e o parlamento: em discussão” e “A escola e o Parlamento: escola cidadã” (Tabela 87).

Tabela 87 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre cursos que a Escola do Legislativo deve oferecer na área de “Educação para a cidadania” (2014)

	Vereadores	Servidores
Conhecendo o Parlamento Catarinense	45,3%	50,1%
A Escola e o Parlamento: Construindo um novo olhar	36,0%	33,9%
A Escola e o Parlamento: Escola Cidadã	33,0%	38,1%
A Escola e o Parlamento: O Legislativo e a Escola	36,6%	42,1%
A Comunidade e o Parlamento: Em discussão	34,1%	40,2%
A Comunidade e o Parlamento: Semana de Educação para Cidadania	28,1%	29,7%
A Universidade e o Legislativo: Programa Fala Jovem	27,2%	30,9%
A Universidade e o Legislativo: O Legislativo na Universidade	24,7%	33,7%
Estágio Visita	14,5%	16,8%
Parlamento Jovem Catarinense	27,8%	24,6%
Formação de Vereadores Mirins	35,4%	30,8%
Governador Jovem	16,9%	18,0%
Outro(s). Qual(is)?	1,1%	1,9%

n = 941; 1802

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Já na área de “Pesquisa e produção do conhecimento”, as prioridades dos dois grupos são nitidamente diferentes. Servidores priorizam, com grande distância em relação às demais opções (59,7% das escolhas), os “Projetos de estímulo à pesquisa para servidores”, seguidos de “Publicação de material didático (cartilhas e livros) produzido pela Escola do Legislativo, de revistas com palestras e cursos oferecidos pela Escola, além de monografias e redações sobre o Poder Legislativo” (45,9%) e “Promoção de Concursos que premiem a produção do conhecimento, tais como: redações, monografias, materiais didáticos referentes ao Poder Legislativo, à cidadania, democracia, cultura, literatura, etc.” (Tabela 88).

Para vereadores, os eventos mais essenciais dessa área são “Seminários Temáticos para transformar informação em conhecimento que auxiliem na resolução de demandas específicas de cada região do Estado” (42% das escolhas). Em seguida, os vereadores destacam “Projetos de estímulo à pesquisa para servidores” e “Realização do Censo Legislativo Municipal Catarinense a cada Legislatura e de outros estudos de diagnóstico do Perfil do Legislativo Catarinense”.

Tabela 88 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre eventos que a Escola do Legislativo deve oferecer na área de “Pesquisa e produção do conhecimento” (2014)

	Vereadores	Servidores
Projetos de estímulo à pesquisa para servidores	41,2%	59,70%
Avaliações de impactos das áreas de atuação da Escola do Legislativo (avaliar eventos, programas e projetos desenvolvidos pela Escola)	31,9%	28,40%
Realização de seminários temáticos para transformar informação em conhecimento que auxiliem na resolução de demandas específicas de cada região do Estado.	42,0%	38,00%
Promoção de concursos que premiem a produção do conhecimento, tais como: redações, monografias, materiais didáticos referentes ao Poder Legislativo, à cidadania, democracia, cultura, literatura, etc.	29,4%	39,80%
Realização do Censo Legislativo Municipal Catarinense a cada Legislatura e de outros estudos de diagnóstico do Perfil do Legislativo Catarinense	40,7%	34,80%
Publicação de material didático (cartilhas e livros) produzido pela Escola do Legislativo, de revistas com palestras e cursos oferecidos pela Escola, além de monografias e redações sobre o Poder Legislativo	37,1%	45,90%
Realização de Jornadas Universitárias para aproximar os acadêmicos do Parlamento, estimular a participação cidadã	32,1%	37,00%
Outro(s). Qual(is)?	2,3%	3,50%

n = 924; 1786

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Em questão de múltipla escolha sobre as atividades que a Escola do Legislativo pode oferecer para contribuir com a capacitação profissional de vereadores e servidores, os pesquisados optaram majoritariamente por “Capacitação técnica” (82,7% dos parlamentares e 67,5% dos funcionários). Em seguida, com taxas menos expressivas, surgiram, para vereadores, “Fóruns com temáticas de interesse da comunidade local” e “Debate sobre meio ambiente e sustentabilidade”; para servidores, “Oficinas de sensibilização para servidores e parlamentares” e “Fóruns com temáticas de interesse da comunidade local” (Tabela 89).

Tabela 89 – Percepção de vereadores e servidores do legislativo municipal catarinense sobre eventos que a Escola do Legislativo deve oferecer para contribuir com a capacitação profissional (2014)

	Vereadores	Servidores
Capacitação técnica	67,5%	82,7%
Oficinas de Sensibilização para Servidores e Parlamentares	33,6%	41,5%
Fóruns com temáticas de interesse da comunidade local	47,2%	37,9%
Debate sobre Direitos Humanos	35,1%	32,5%
Debate sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade	39,1%	31,9%
Palestras sobre Saúde	29,7%	24,0%
Outro(s). Qual(is)?	1,8%	3,3%

n = 951; 1816

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

A opção “Outro(s)” detalha sugestões de parlamentares e funcionários das Câmaras. Os vereadores sugeriram cursos de oratória, relações internacionais, combate à demagogia política, combate à corrupção, políticas públicas educacionais e para jovens, contabilidade pública, princípios e ética eleitoral, palestras motivacionais, processo legislativo e fiscalizador. Houve ainda sugestões relativas a modalidades específicas de educação continuada, como “mestrado em gestão pública” e “cursos à distância para o legislativo municipal”. Surgiram menções curiosas – uma delas a “leitura dinâmica”, outra a “somos carentes de tudo”.

Servidores apresentaram demandas relacionadas a áreas específicas das atividades de suporte ao Legislativo: planejamento orçamentário, contabilidade pública, licitação, assessoria jurídica, comunicação ou assessoria de imprensa, legislação e técnicas de conservação na área de almoxarifado, finanças, processo e técnica legislativa. Destacam-se as demandas na área da comunicação (relacionamento com a imprensa, redes sociais, redação). Os servidores também apontaram sugestões relacionadas ao trabalho dos vereadores e a questões de interesse das comunidades: formas de buscar recursos para sua cidade, reformulação da segurança pública, aperfeiçoamento do SUS, direito e legislação nas escolas, educação e políticas públicas para juventude, aproximação do poder público da comunidade, ética e moral na política, redes sociais e empreendedorismo, autonomia do legislativo em relação ao executivo, mulher e parlamento, participação da sociedade em audiências públicas, transparência dos atos legislativos e educação do campo. Por fim, indicaram tópicos relevantes para a categoria dos servidores, como debates sobre plano de carreira e política de contratação, assim como especializações e pós-graduações *stricto sensu*.

O questionário enviado para as Câmaras de Vereadores também incluiu a pergunta “Qual área (temática) de curso, palestra, seminário, fórum, oficina, etc., que a Câmara de Vereadores sugere à Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira para continuar o aperfeiçoamento e a capacitação de seus servidores e parlamentares?”. Ao todo, 203 Câmaras enviaram sugestões. As mais mencionadas, em ordem decrescente, foram cursos sobre Processo Legislativo, Técnica Legislativa, variados aspectos da gestão pública, Controle Interno, Regimento Interno e Oratória. Os temas indicam que é frequente a preocupação das Câmaras com a qualificação da ação de vereadores em variadas frentes, inclusive o combate à corrupção e as discussões sobre ética e o relacionamento com a sociedade. O Quadro 1 apresenta a série de sugestões, em ordem alfabética.

Quadro 1 – Sugestões de cursos à Escola do Legislativo apresentadas pelas Câmaras de Vereadores (2014)

Ação Civil Pública	Fiscalização do Executivo	Organização de gabinete parlamentar
Ações do Legislativo.	Folha de Pagamento	Organização do arquivo morto
Administração direta e indireta	Formação de CPIs	Organização do Processo Legislativo: do Protocolo até a Publicação
Administração Legislativa	Formação e processo das comissões permanentes	Palestras e Seminários
Administração Pública	Formação política e assessoria parlamentar	Papel ou função do vereador
Alteração das Comissões	Fórum de ideias parlamentares.	Patrimônio público
Alterações em leis orgânicas	Funcionamento das comissões.	Pensar estrategicamente e agir democraticamente
Alterações em regimentos internos	Funcionamento das contas públicas.	Planejamento e orçamento em consonância em fiscalização
Ano eleitoral	Funcionamento do orçamento	Plano de cargos e remuneração para o poder legislativo
Apresentação em público	Funções do controle	Política pública
Área Administrativa	Funções do Vereador	Pós-graduação em Direito
Área Contábil	Gastos com diárias	Eleitoral
Área Financeira	Gestão Administrativa da Câmara Municipal	Postura de vereadores e presidente para com os colegas
Área Legislativa	Gestão Contábil	Postura parlamentar
Áreas política e legislativa	Gestão de Custos	Práticas de fiscalização de órgãos públicos.
Arquivamento e baixa de documentação antiga	Gestão de documentos do protocolo ao arquivo	Pregão
Assessoria de comunicação: uso da web e redes sociais	Gestão de Gabinete	Preparação de eventos
Assessoria de Imprensa	Parlamentar	Processo e Técnica Legislativa
Assessoria Jurídica	Gestão de Patrimônio e depreciação de bens públicos	Processo Licitatório
Assessoria Legislativa	Gestão de Pessoal	Processos Legislativos
Atas e Anuais do Poder Legislativo	Gestão Documental.	Processos legislativos para servidores e assessores em cargos comissionados
Atendimento ao público	Gestão pública municipal	Produção legislativa e
Atualização da lei orgânica e do regimento interno	Imagem do Legislativo	
Audiências públicas	Implantação da rede de	
Cerimonial e protocolo		
Cidadania		

Ciência Política	informação legislativa e jurídica	competência legislativa de cada esfera de poder
Combate à corrupção	Improbidade Administrativa	Protocolo
Comissões Legislativas Permanentes	Inexigibilidade e condenação parlamentar.	Qualidade Legislativa
Comissões Técnicas	Informática	Questão ambiental (reserva legal)
Como fazer projetos e licitações	Integração entre servidores e vereadores	Recursos Humanos
Como montar uma CPI	Interpretação e Análise de Orçamento Público (PPA, LDO, LOA).	Redação de Ofícios/Requerimentos/Indicações
Competência legislativa	Interpretação legislativa	Redação e ortografia
Comportamento em Público	Legalidade na administração pública.	Redação Legislativa
Comunicação	Legislação e responsabilidades	Reforma e instituição de regimento interno
Comunicação para desenvolvimento pessoal e para falar em público	Legislação Eleitoral	Reforma política
Conduta política e ética	Legislação orçamentária,	Reformulação do Regimento Interno, da Lei Orgânica, do Plano Diretor
Condutas vedadas em ano eleitoral.	Lei da transparência	Regimento Interno
Consolidação das Leis.	Lei de acesso a informação	Registro de Preços
Constitucionalidade das leis	Lei de responsabilidade fiscal	Regra gramatical e nova ortografia
Contabilidade e Controle Interno.	Lei orçamentaria	Regras para revisões regimentais
Contratos e Licitações	Lei orgânica, LOA, LDO e PPA.	Relação dos vereadores com seus pares e a comunidade
Controladoria da Câmara	Licitações, Contratos, Pregões e Obras	Relacionamento com a comunidade
Controle de frota.	Marketing político	Relacionamento interpessoal
Controle dos gastos públicos	Métodos de arquivamento e guarda de documentos	Relações humanas.
Controle interno e fiscalização	Métodos de fiscalização das contas públicas	Repasse de Duodécimo
Criação de leis.	Noções básicas de gastos públicos	Repasse e convênios para entidades.
Cursos aos procuradores das Câmaras	Noções de direitos públicos	Responsabilidades do parlamentar
Decoro e dedicação à função pública.	Normas municipais.	Revisão dos Regimentos internos
Desenvolvimento de equipes	Nova Contabilidade Pública	Rotina das Câmaras
Dicção e oratória	Nova ortografia	Secretariado legislativo
Direito administrativo	Novas regras gramaticais	Servidores e Parlamentares
Direito parlamentar	O papel do Assessor Parlamentar e a condição de trabalho do Gabinete	Subsídios para a busca de recursos.
Direito Público	Oratória	Subvenções a entidades
Elaboração de projetos de lei, decretos legislativos e emendas	Orçamentos e contas públicas.	Técnica e Processo Legislativo
Elaboração e importância do cumprimento do Regimento Interno.	Orçamentos públicos (LDO/PPA/LOA)	Técnicas e legislação municipal
Estrutura e Organização da Câmara de Vereadores	Organização Administrativa.	Tecnologia da informação
Ética e conduta parlamentar	Organização de eventos	Tesouraria
Ética profissional e política		Trabalho das Comissões Técnicas
Excelência no atendimento		Tramitação de Projetos
		Tribunal de Contas
		Tributos e obrigações contábeis
		Utilização de software livre
		Valorizar o cidadão
		Vedações em ano eleitoral

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

As sugestões de vereadores e servidores dispersas em várias questões foram agrupadas, respectivamente, nos Quadros 2 e 3, também em ordem alfabética. Em todos os casos, os respondentes demandaram a realização de cursos no interior (não apenas na capital) e sugeriram a adoção de cursos a distância, inclusive de pós-graduação. Um dos servidores defendeu a importância de considerar a apresentação em linguagem de sinais e braile e surgiram várias sugestões para que a Escola do Legislativo estenda a oferta de cursos também para os cidadãos. Muitas demandas, tanto de servidores quanto de vereadores, focaram a área de comunicação (assessoria de imprensa, mídias sociais, marketing ou imagem da Câmara)

Quadro 2 – Sugestões de cursos à Escola do Legislativo apresentadas pelos vereadores (2014)

Administração	Direitos humanos	Política como meio de
Agricultura Familiar e	Elaboração de projeto de lei	transformação
Indígena	Erradicar o analfabetismo	Política social
Ambiental	digital	Políticas Públicas
Aperfeiçoamento Técnico-	Formação de caráter e	Prefeito Jovem
Profissional para servidores do	dignidade para agentes	Qualificação do vereador na
Legislativo municipal	públicos e políticos	função legislativa e
Aperfeiçoar prestação de	Formação Política	fiscalizadora
contas de entidades que	Gestão pública	Redação
recebem subvenção social do	Informática	Reforma política
governo	LDO, PPA	Seminários sobre ideologia e
Combate à corrupção	Legislação e Oratória ao Poder	ética
Contratos	Executivo Municipal	Sindicância
Desenvolvimento econômico,	Licitação Pública.	Sociedade sustentável
social e político	Meio ambiente	Técnica legislativa
Desenvolvimento sustentável.	Necessidades regionais	Vereadores Mirins
Direito Administrativo	Obras públicas.	
Direitos e deveres para o	Oratória e tecnologias	
exercício da cidadania no	Palestra motivacional para	
controle das ações sociais e das	vereadores.	
políticas públicas	Participação da mulher, do	
	jovem na política	

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Quadro 3 – Sugestões de cursos à Escola do Legislativo apresentadas pelos servidores (2014)

Administração pública e serviços públicos	Educação moral e cívica	Nova contabilidade pública
Agroindústria	Elaboração de documentos oficiais	Oratória
Área Feminina Ativa na Política Local	Elaboração de projetos de lei	Orçamento e finanças.
Arquivamento	Empreendedorismo	Papel políticas públicas
Arquivo permanente	Estudos sobre a Constituição	Parcelamento do solo rural.
Assessoria de Comunicação	Ética na Administração Pública	Pareceres
Assessoria de Imprensa	Ética nos meios de comunicação de massa	Patrimônio público
Atendimento ao público	Formação de regiões metropolitanas	Planejamento: PPA, LDO, LOA
Atendimento, protocolo e assessoria	Formação para participação popular	Plano diretor
Capacitação e compreensão ideológica	Formação política para jovens.	Procedimentos administrativos
Capacitação específica para advogados	Formação política para vereadores	Processo Legislativo
Capacitação para assessores parlamentares municipais (secretárias)	Formação política regional e nacional	Processos Contábeis e Administrativos voltados ao Legislativo
Capacitações em atualidades.	Gestão pública	Qualidade na recepção e atendimento ao público
Cidadania	Guia legislativo municipal atualizado	Recursos humanos
Como fazer projetos	Informática básica e avançada	Redação oficial
Computação	Informática e programação	Reforma Política
Comunicação oficial e relacionamento com imprensa	Inserção de políticas públicas	Regimento Interno
Comunicação Social no Poder Público	Integração de Poderes Legislativos, Estadual e Municipais	Regularização e gestão administrativa do poder legislativo municipal
Constitucionalidade de projetos de lei de Iniciativa Parlamentar	Integração dos cidadãos ao Legislativo.	Relacionamento com os órgãos de controle (TCE, MP, etc.)
Contabilidade Pública	Lei Orgânica do Município	Relações Humanas
Controle interno e licitações	Leis de improbidade	Seminários em processo legislativo
Controle patrimonial	Licitações e Pregão	Tecnologia da Informação e Comunicação
Criação de projetos	Cerimonial e protocolo	Tramitações
Curso para pré-candidatos	Liderança	Transparência
Direito administrativo	LOA e Regimento Interno	Valorização da cultura catarinense
Direito e cidadania para comunidade em geral e principalmente estudantes	Marketing da câmara	
Direito eleitoral	Marketing político	
Direito legislativo	Meio Ambiente, enchentes e inundações	
Direitos Humanos e Direitos Sociais.	Mídias Sociais	
	Mobilidade urbana	
	Mudanças no processo legislativo e processo eleitoral	

Fonte: Pesquisa 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense

Referências

- ALMEIDA, C. C. R. ; LÜCHMANN, L. H. H. ; RIBEIRO, E. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 237-263, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2014.
- CAIAZZA, Amy; PUTNAM, Robert. 2005. Women's status and social capital in the United States. **Journal of Women, Politics, and Policy**, v. 27, n. 1-2, p. 69-84.
- COMBESSIE, Jean-Claude. **O método em sociologia**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.
- CORADINI, Odaci L. 2007. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 181-203.
- COUTO, Priscilla Alves Juvino. **Mulheres e política**: percepções e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes. Dissertação de Mestrado, 2012.
- EVANS, Joel R.; MATHUR, Anil. The value of online surveys. **Internet Research**, vol. 15, n. 22, 2005, p. 195-219.
- INTERLEGIS. **Censo Legislativo 2005**. Brasília: Interlegis, 2005. Disponível em: http://www.interlegis.leg.br/produtos_servicos/informacao/censo. Acesso em: 14 fev. 2015.
- MARENCO, André; SERNA, Miguel. 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento político em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22 n. 64, p. 93-113.
- MICK, Jacques; LIMA, Samuel P.. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.
- SACCHET, Teresa. 2009. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p.306-332.

Apêndice 1 – Questionário para levantamento institucional

Apêndice 2 – Questionário e perfil de vereadores e servidores

Apêndice 3 – Planilhas de campo presencial realizado pela Escola do Legislativo

ALTO VALE DO ITAJAÍ - reunião da UCAVI -14 CÂMARAS

AGRONÔMICA
AURORA
BRAÇO DO TROMBUDO
DONA EMMA
IBIRAMA
ITUPORANGA
LAURENTINO
LONTRAS
MIRIM DOCE
PRESIDENTE GETÚLIO
RIO DO OESTE
SALETE
SANTA TEREZINHA
VIDAL RAMOS

VALE DO ITAJAÍ

CÂMARA	VEREADORES
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	13
BLUMENAU	14
CAMBORIÚ	15
ITAJAÍ	21
JOINVILLE	19

SUL DO ESTADO

CÂMARA	VEREADORES
ARARANGUÁ	15
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	9
BALNEÁRIO GAIVOTA	9
BALNEÁRIO RINCÃO	9
CRICIÚMA	17
FORQUILHINHA	9
JACINTO MACHADO	9
MARACAJÁ	9
MELEIRO	9
MORRO GRANDE	9
PASSO DE TORRES	9
PRAIA GRANDE	9
SANTA ROSA DO SUL	9
SÃO JOÃO DO SUL	9
TIMBÉ DO SUL	9
TUBARÃO	17
TURVO	9

OESTE, MEIO OESTE, EXTREMO OESTE

CÂMARA	VEREADORES
ARROIO TRINTA	9
BRUNÓPOLIS	9
CAÇADOR	13
CAMPOS NOVOS	9
CHAPECÓ	21
CURITIBANOS	13
ERVAL VELHO	9
FAXINAL DOS GUEDES	9
FRAIBURGO	11
HERVAL DO OESTE	11
IOMERÊ	9
ITAPIRANGA	11
JOAÇABA	9
LACERDÓPOLIS	9
LEBON RÉGIS	9
MONTE CARLO	9
PONTE SERRADA	9
RIO DAS ANTAS	9
SANTA CECÍLIA	11
SÃO MIGUEL DO OESTE	9
TREZE TÍLIAS	9
VARGEÃO	9
VARGEM	9
VARGEM BONITA	9
VIDEIRA	11
XANXERÊ	9

PLANALTO SERRANO

CÂMARA	VEREADORES
ANITA GARIBALDI	9
BOM JARDIM DA SERRA	9
BOM RETIRO	9
CAMPO BELO DO SUL	9
CAPÃO ALTO	9
CELSO RAMOS	9
CERRO NEGRO	9
LAGES	19
OTACÍLIO COSTA	11
PAINEL	9
PALMEIRA	9
SÃO JOAQUIM	9
URUBICI	9
URUPEMA	9

SUL DO ESTADO

CÂMARA	VEREADORES
LAGUNA	13
JAGUARUNA	11
IÇARA	11
NOVA VENEZA	9
CAPIVARI DE BAIXO	11

GRANDE FLORIANÓPOLIS

CÂMARA	VEREADORES
ÁGUAS MORNAS	9
ALFREDO WAGNER	9
BIGUAÇU	15
PALHOÇA	11
PORTO BELO	11
RANCHO QUEIMADO	9
SÃO BONIFÁCIO	9
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	11
TIJUCAS	13

VALE DO ITAJAÍ

CÂMARA	VEREADORES
GASPAR	13
GUABIRUBA	9
NAVEGANTES	10
PENHA	11

NORTE E NORDESTE

CÂMARA	VEREADORES
ARAQUARI	11
SÃO FRANCISCO DO SUL	9